



NOTÍCIA
BIBLIOGRÁFICA
E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXI - Nº 173 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 1999

SUMÁRIO

- Grieg, "o maior dos compositores menores" 121
Odilon Nogueira de Matos
- Houve ascensão social no Brasil? Significou ausência de preconceito
e discriminação raciais? 125
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- Considerações acerca de A Lavoura Canavieira em São Paulo 129
João Ricardo de Castro Caldeira
- O poder judiciário visto pelas várias constituições brasileiras 134
João Ribeiro Júnior
- Francisco Algarotti e Tiepolo: as relações entre um mecenas e um
pintor 143
Duílio Battistoni Filho
- Historiografia paraibana em síntese 147
José Octávio de Arruda Mello

Lindolfo Collor, um analista político lúcido e penetrante	161
Fernando Whitacker da Cunha	
A cultura no Noroeste de Minas	166
Oliveira Mello	
De uma pasta de velhos recortes	
Ambiente e fisionomia do pasquim	173
Nelson Werneck Sodré	
Memória Campineira	
O monumento a Carlos Gomes nas "estórias" do povo	181
Júlio Mariano	
Textos (Sugestões para Seminário)	
A Constituição do Brasil (Bunbury)	183
Bula papal contra a rainha Isabel da Inglaterra (Pio V)	184
Vultos da historiografia brasileira	
Robert Southey	186
Seleta	
Colonização e religião no Norte do Brasil	189
Robert Southey	
Rabiscos de um escrevinhador	
Recordando Afonso de Taunay	195
AHIMTB	197
O polígrafo de Juiz de Fora	198
José da Veiga Oliveira	200

GRIEG, “O MAIOR DOS COMPOSITORES MENORES”

Odilon Nogueira de MATOS

O nacionalismo musical que surge como uma das características mais acentuadas dos fins do século XIX apresenta aspectos bastante curiosos. Surge quase sempre nos países musicalmente menos importantes, naqueles que, do ponto de vista artístico, gravitavam em torno dos países maiores, sobretudo da Alemanha. Assim aconteceu entre os eslavos, na Polônia, na Rússia e na Escandinávia. Esta última, principalmente, foi sempre ignorada até os fins do século. Sua música era aquela que brotava do fundo da alma de seu povo e muito raramente ouvimos falar de um compositor que dela saísse para freqüentar os grandes centros artísticos da Europa ocidental. O caso de Chopin, levando para Paris a alma e o espírito da Polônia, ficou durante muito tempo citado como exemplo único, mas não é fácil para nenhum esteta de hoje saber ao certo até que ponto essa “alma e espírito” da Polônia foram absorvidas pelo romantismo francês.

Dos países escandinavos, a Noruega é o mais estranho, talvez por ter vivido mais isolado do que a Suécia e a Dinamarca. Durante quatrocentos anos viveu mergulhada em si mesma e o povo para distrair-se das rudes fainas de sua vida difícil, imaginou essa música e essa poesia intensa, viva e melancólica. Os mais belos cantos populares noruegueses são árias que cantam ao ar livre: canções de pescadores, lenhadores, pastores e caçadores, ou então baladas fantásticas, daquele fantástico tão próprio do ambiente nórdico, onde as geleiras eternas convidam o homem à meditação e povoam o seu cérebro das mais imaginosas fantasias.

É nesse ambiente que Eduardo Grieg aparece como músico nacional. Não se deve, entretanto, interpretar tão ao pé da letra o nacionalismo de sua obra. Ele é mais uma necessidade de alma do que uma atitude. Sua formação é toda germânica. A música escandinava, ao tempo de Grieg, é um ramo destacado do vigoroso tronco romântico alemão. É significativo o fato de todos os músicos nórdicos terem estudado na Alemanha, e a maior parte em Leipzig, centro da arte germânica organizada. O famoso conservatório criado por Mendelssohn (que dele pretendia fazer um templo onde a chama sagrada seria conservada e onde os povos deslumbrados viriam acender seus fachos) foi o centro polarizador de todo esse movimento romântico de tão larga repercussão na Europa de meados do século XIX. O ambiente que o jovem norueguês vai freqüentar está todo impregnado de Schumann, de Gade, de Mendelssohn, de Schubert, de Chopin, mais tarde de Wagner e afinal de Brahms, de Humperdinck e Hugo Wolf. Grieg não foi além do wagnerismo. Permaneceu, por exemplo, indiferente ao movimento da nova música francesa, que para êle parou em Bizet. Ignorou igualmente o movimento franckista e debussiniano. Se estendeu sua admiração ao grande Richard Strauss foi provavelmente pela influência que sôbre êle exerceu o criador de "Tristão e Isolda".

Grieg não é um revolucionário. Não procura fórmulas novas. Serve-se dos moldes que lhe vieram do romantismo alemão e não erraremos se o chamarmos de "o último romântico". Adora a natureza. Ama-a pelo seu valor intrínseco. Ela é a sua fada benfazeja. Tem dela o sentimento profundo, delicado, poético, pitoresco, musical. É um romântico elegíaco, um poeta idílico, sentimental, apaixonado, com uma pontinha saborosa de humor, consciente de suas forças e conhecendo-lhes os limites. Este o ponto capital de qualquer apreciação sobre Grieg: o homem que tem consciência de sua forças e conhece-lhes os limites. Nunca pretendeu ir além de onde sabia ser o seu limite. Sabe-se, por exemplo, que sempre teve intenso desejo de escrever uma ópera e para tanto vários temas lhe foram sugeridos. Sabia, entretanto, que lhe faltava temperamento e gênio dramático e qualquer cousa que fizesse nesse campo seria desprovida daquela marca tão pessoal, tão íntima, tão espontânea que caracteriza sua obra. **Pessoal, íntima e espontânea**, três qualidades que tão bem assentam naquele que um dos seus biógrafos chamou de "o maior dos músicos menores". Não alçou grandes vôos nos

domínios do sinfonismo ou da música de câmara. Algumas sonatas, um quarteto de cordas, uma abertura, a música de cena para o "Peer Gynt" de Ibsen, a suite Holberg, um concerto para piano, de larga popularidade, umas tantas peças pequenas, quase sempre sôbre temas populares noruegueses, foi tanto quanto escreveu para orquestra, nada disso se comparando com o que foi escrito pelos grandes mestres da Alemanha ou da França.

O grande Grieg é o das pequenas peças instrumentais e das canções. E quando falamos em "grande" Grieg, queremos dizer o Grieg "íntimo", "pessoal" e "espontâneo". Seus dez cadernos de "Peças líricas" reunindo um total de 65 composições, suas "Danças nórdicas", as "Folhas de álbum" e as "Danças populares norueguesas" permanecerão sempre entre as melhores cousas da literatura pianística. Da mesma forma, pianístico por excelência é o seu famoso Concerto em la menor para piano e orquestra, sem dúvida a mais popular de tôdas as suas obras, largamente divulgadas em salas de concerto ou através do disco, bastando lembrar que dele foram feitas até hoje mais de 30 gravações diferentes. Foi em 1868, durante umas férias numa pequena aldeia dinamarquesa, que Grieg escreveu essa peça transbordante de alegria, perfumada de hálitos primaveris, de uma eloquência delicada e poética. O primeiro movimento, **Allegro molto moderato**, é simultaneamente vivo e sonhador. Os temas evoluem do menor ao maior com uma graça infinitamente expressiva. O segundo, **Adagio**, é um intermezzo idílico embebido de poesia; o terceiro, **Allegro marcato**, é uma verdadeira dança popular, vigorosa e variada. Há em tudo uma riqueza de vida, de movimento, de alegria, alegria discreta, apenas sombreada por uma suave melancolia, marcada pela tonalidade menor e sustentada por uma orquestração fluida, bonita, viva e clara. Mais que qualquer outra obra, êste concerto consolidou a fama de Grieg.

Os biógrafos de Grieg consideram sua obra vocal mais interessante ainda do que a pianística, lamentando todos o quanto ela tem sido pouco divulgada e afirmando que nos 120 "lieder" que deixou, êle encerrou o que possuía de melhor. Sua melodia nunca é vulgar e esta qualidade afirma-se desde a escolha dos textos, o que sempre faz com cuidado, tomados dos líricos alemães, dos poetas dinamarqueses e noruegueses e mesmo do folclore.

Falemos finalmente daquela que, juntamente com o Concerto, contribuiu para consolidar a fama do compositor: a música de cena que escreveu para o drama “Peer Gynt”, de Ibsen, o poeta nacional da Noruega. Dessa música extraiu Grieg duas suítes, pérolas de sua obra orquestral e que passaram a integrar o repertório de todas as grandes orquestras do mundo.

A primeira suite principia pelas graciosas e idílicas impressões do “amanhecer”. Peer Gynt raptou Ingrid, filha do rei da montanha, e fugiu com ela para as alturas. Grieg se revela nesse trecho com a facilidade de sua instrumentação, a graça sentimental e mimosa de sua imaginação, a elegância ora requintada, ora vã de suas harmonias, a delicadeza de sua visão pitoresca. Peer Gynt chega para recolher o último suspiro de sua velha mãe Ase, e esta segunda parte (a “morte de Ase”) é feita de três notas tiradas da adorável canção de Solveig. A monotonia dêsse tema lento, esmagado por acordes que a orquestra, propositalmente pesada, acentua, causa um efeito pungente. A “dança de Anitra”, que se segue, é de um orientalismo curioso. Peer Gynt, não se sabe como, nas suas peregrinações, chega a um oasis marroquino, onde se deixa seduzir por Anitra, filha dum chefe beduino. Para terminar, um trecho dum impressionismo de grande efeito, “No palácio do rei da montanha”. A segunda suite começa com o “raptó de Ingrid”, pitoresco, seguindo pela dança árabe, muito superior à dança de Anitra da primeira suite. Segue-se-lhe a “volta de Peer Gynt” e a peça termina com a Canção de Solveig, música toda interior, tão poética, tão terna que se conhecem poucas páginas musicais com sentimento tão perturbador.

Este rápido apanhado da vida e da obra de Grieg, haurido em alguns dos seus mais autorizados biógrafos, não deverá ter outro objetivo senão situar no tempo e no espaço aquele que, conforme lembramos, pode ser chamado “o último romântico” ou “o maior dos músicos menores”.

HOUVE ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL? SIGNIFICOU AUSÊNCIA DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAIS?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Várias são as razões, tanto ao nível do empírico quanto do teórico, que levam o cientista social, em sua expressão mais ampla, a interessar-se pela análise da ascensão social, da mudança social, uma vez que toda a sociedade sempre esteve em constante transformação.

No caso brasileiro, especificamente durante o período colonial, as distinções sociais se agravaram, notoriamente pela existência do regime escravista e da própria expropriação colonial, dentro de uma mentalidade particularista das elites, das classes dominantes. Em decorrência, as relações de classe foram estamentais o que, de certa forma, reproduz o passado no presente, uma vez que a mentalidade conservadora de nossos dias, no que tange ao exclusivismo e ao particularismo agrestes, lembram-nos ainda a problemática do *colonizador x colonizado, e não a do empresário capitalista x assalariado*¹.

Se é a organização da sociedade marcada, entre outros fatores, pelo dinamismo da própria mudança social, no caso do Brasil, os chamados *modelos* dessa organização social sempre tiveram presentes as potencialidades sócio-dinâmicas, quer de diferenciação estrutural e funcional, quer da própria saturação histórica, já que o primeiro *modelo* que nos serviu de base para a organização da sociedade colonial envolveu uma superposição do padrão português do regime estamental

⁽¹⁾ Sobre o assunto consultar o clássico trabalho (Org.) FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Nacional/Ed USP, 1972, p. 273-511.

à escravidão indígena e africana. A seguir, advém um outro, originado da desagregação desse regime estamental, ao mesmo tempo em que se processava o desenvolvimento do capitalismo interno, sendo solapado pela coexistência do trabalho servil com o semilivre e o livre, a tal ponto que a ordem escravista, no caso brasileiro, foi convertida em fator de estratificação social, tal como a dominação senhorial.

Com a abolição da escravidão no país, em 1888, sem que houvesse de fato qualquer processo de recuperação humana do negro ou mulato, as funções sociais passariam a ser focalizadas à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva². E, a partir de então, o consenso *democracia racial* é um constante, embora sem consistência, já que não houve condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre, e, em decorrência, da própria competição. Vem daí o porquê do *protesto* negro assumir vulto, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, no sentido de lutar por condições de igualdade racial, sem que, no entanto, conseguisse sensibilizar o *branco*, e sem nem mesmo dinamizar qualquer mecanismo eficiente de democratização racial ao nível da renda, do prestígio social e do próprio poder.

Convém de igual modo lembrar que a ordem social competitiva não se impôs de forma semelhante em todo o Brasil, uma vez que, como o seu rápido desenvolvimento coincidiu com a expansão cafeeira e com o surto urbano-industrial do Sul do país, acabou mesmo por beneficiar as *camadas* dominantes da população (que ocupavam o poder econômico-político), e, em escala menor, de início, aos imigrantes europeus.

Cumpre-nos dizer que a Abolição deve ser entendida como uma revolução social feita *pelo branco e para o branco*, já que o negro, sem condições de adaptar-se ao novo sistema de trabalho que lhe era imposto, face a economia urbano-comercial, viu-se espoliado, em súbita competição com o branco. Isto significa dizer que no fundo o problema racial brasileiro é um *modelo* assimétrico de relações de relações de raça, elaborado para regular o contato entre *senhor, escravo e liberto*. Daí a generalizada confusão feita em termos de Brasil, com

(2) Ver sobre o assunto, especificamente: PINTO, Costa L. A. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Nacional, s/d, (Brasiliense, v. 276), Cap. III.

relação a democracia e tolerância raciais, uma vez que a primeira significa basicamente a necessidade de haver igualdade social, econômica, política e cultural, o que em verdade não ocorreu, mesmo porque o padrão brasileiro de relação social foi construído com base em uma sociedade escravista³.

Quer, pois, nos parecer que a discriminação sentida ao longo do tempo no Brasil é parte da herança social da escravidão, onde o relacionamento negro e branco era a base de escravo e senhor, tendo este último prerrogativas que o negro não possuía e nem teve condições de possuir.

Nem mesmo com a abolição da escravidão no país os brancos pensaram, por exemplo, em indenização do escravo ou do liberto. Relegaram-nos, isto sim, a uma condição de marginalidade⁴, uma vez que não lhe foram oferecidas oportunidades para enfrentar a vida na cidade.

Como se processou então a ascensão social do negro/mulato? É o que poderíamos indagar. Em verdade, a mobilidade vertical dentro do sistema social vigente não se organizou para eles como um processo histórico e uma realidade coletiva, uma vez que atingiu apenas alguns deles, sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões enfim que regem as relações raciais.

Ainda nos perguntaríamos: e o que ocorreu então com o negro e o mulato que conseguiram ascender socialmente?

Para manter esta *posição adquirida*, teve que enfrentar como que uma *crise* em seu próprio *meio*, além de ter de criar um verdadeiro mecanismo de ostentação de *status* e de absorver novos padrões de vida.

Ao lado disto, o problema mais sério, quer nos parecer, foi o de, na tentativa de igualar-se ao branco, ao nível de emprego e participação da renda, acabaram alguns negros por romperem o bloqueio

⁽³⁾ Consultar sobre o assunto, sobretudo levando em conta o momento atual, a entrevista publicada por *A Gazeta*, 27/VIII/1966. Reproduzida por Florestan Fernandes, J. R. Borges Pereira e Oracy Nogueira, *A Questão Racial Brasileira Vista Por Três Professores*. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, USP, 1971.

⁽⁴⁾ *Marginalidade* é aqui entendida como situação social, independente da teoria da personalidade marginal. Portanto, todo elemento marginal (isolado ou em configuração com outros) existe na sociedade porque existe essa sociedade.

de sua participação cultural para desfrutarem dos *prazeres* dessa nova sociedade que adentraram, sem perceberem que seu *status* era fictício, sem a real integração do branco a ele.

Entretanto, houve aqueles negros e mulatos que não se contentaram com esta *acomodação*, não valorizaram o branco apenas pela sua cor, lutaram para ficar em seu nível social, no *meio negro*, em sua sociedade, querendo ser tratados como iguais, sem restrições ou evasivas. Quiseram sempre ser cidadãos. Daí, sua luta contra o preconceito social, criando um novo tipo de competição com o branco, nos mais diferentes níveis da vida social.

Em verdade, as situações desvantajosas dos estoques negro e mulato na estrutura sócio-econômica, condicionaram formas de participação cultural e de integração ao sistema de classes que, antes de alterar suas posições, as perpetuou, uma vez que persistiram os privilégios com profundas implicações sociais.

Assim, cremos que na sociedade brasileira atual os brancos ainda continuam a desfrutar de uma hegemonia completa, enquanto que o negro e o mulato sofrem as influências arcaicas de u'a mesma ordem social. O que observamos é que as ideologias raciais do negro, mulato e a do branco denotam a produção de *consciências sociais* que não apreendem as situações em seus significados reais, ou seja, não vão além dos limites fenomênicos das relações entre indivíduos ou grupos, não os inserindo na estrutura de classes.

Com isso, estamos dizendo que o problema racial no Brasil é de caráter estrutural, residindo aí, o grande desafio para o cientista social, justamente no sentido de trabalhar para corrigi-lo, a fim de que haja alteração na estrutura da distribuição da renda, do prestígio social e do poder, para que então se estabeleça uma eqüidade econômica, política, social e cultural entre brancos, negros e mulatos.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE A LAVOURA CANAVIEIRA EM SÃO PAULO*

João Ricardo de Castro CALDEIRA**

Conforme afirmou o professor Odilon Nogueira de Matos, não há um livro de síntese sobre a história de São Paulo. Porém, existem obras especializadas, que tratam de "*vários assuntos relacionados a São Paulo, muitas resultantes de teses ou monografias universitárias*". São trabalhos que abordam novos objetos, ao mesmo tempo em que abrem caminho para o estudo de outros temas.

Entre as obras com as características acima apontadas, certamente merece destaque o livro **A Lavoura Canaveira em São Paulo**, de autoria da historiadora Maria Thereza Schorer Petrone, publicado como vigésimo-primeiro volume de uma das mais importantes coleções brasileiras². Originalmente, esse livro constituiu Tese de Doutorado, defendida em agosto de 1964 junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda, Professor Catedrático de História da Civilização Brasileira daquele Departamento, à época.

Em seu trabalho, a autora procurou analisar o processo de desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar em São Paulo, no período

(*) Versão pouco modificada deste texto foi apresentada durante reunião do Grupo de Trabalho "Historiografia Brasileira" do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) do Departamento de História da USP, ocorrida no dia 3 de abril de 1997.

(**) Doutorando em História Social-USP. Bolsista FAPESP.

(1) MATOS, 1997. p. 2.

(2) PETRONE, 1968.

compreendido entre o governo de D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775) - primeiro incentivador daquela atividade na região - e os anos de 1850-1851, quando a exportação de café superou, em volume, a de açúcar, iniciando novo ciclo econômico.

De acordo com Petrone, a partir do fim do sonho do ouro, na segunda metade do século XVIII, alguns governadores paulistas passaram a estimular a prática da agricultura, notadamente a da cana-de-açúcar. Para tanto, contaram com *"uma série de condições favoráveis na Capitania e uma conjuntura internacional que propiciou o incremento da lavoura"*³. Tais incentivos, especialmente durante o governo do Morgado de Mateus, visavam *"incrementar a vida econômica que jazia numa grande pobreza"*⁴. As medidas implementadas pelos sucessivos governantes até o final do século XVIII e o crescimento constante da produção conduziram a cana-de-açúcar a ocupar posição cada vez mais destacada na economia da região, que, desse modo, abandonava progressivamente sua situação de miséria. Daí a afirmação da autora:

*"Se as fontes, no início da última década do século XVIII deixam de ser pessimistas a respeito da situação econômica de São Paulo, a partir da segunda década do século XIX tornam-se francamente otimistas. Crê-se no progresso, crê-se nas possibilidades ilimitadas que a agricultura, principalmente a da cana de açúcar, podia oferecer. Fala-se, às vezes, em atraso, mas sempre para incentivar. As palavras decadência e preguiça, tão comuns até o fim do século XVIII, vão desaparecendo pois as condições econômicas se modificaram."*⁵

Segundo Petrone, portanto, o desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo foi acompanhado também por mudanças nas idéias expressas por cronistas e administradores sobre a vida na região.

Há ainda ao longo do livro diversas análises minuciosas realizadas pela autora, com base em inúmeros documentos. Desses, deve-se destacar a correspondência de Governadores e Capitães, a Coleção de Legislação Portuguesa, as Leis do Brasil, a série Documentos

⁽³⁾ Id., *ibid.*, p. 15.

⁽⁴⁾ Id., *ibid.*, p. 12.

⁽⁵⁾ Id., *ibid.*, p. 21.

Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo, Memórias, Relatos e Descrições de Viajantes, Cronistas e Informantes, que foram amplamente explorados pela historiadora. Baseada nos dados obtidos a partir da análise desses documentos, Petrone procurou, por exemplo, caracterizar a origem e extensão das fazendas de açúcar paulistas, os métodos de cultivo nelas empregados - ressaltando que estes baseavam-se em técnicas rudimentares, como as queimadas -, bem como os meios de transporte e comercialização do produto, desde as fazendas até os portos, entre os quais destacava-se o de Santos.

Petrone identifica também a existência de três centros produtores de açúcar e aguardente em São Paulo, localizados "*parte no litoral, principalmente o litoral Norte, e parte em duas áreas distintas de 'serra acima', a saber: a que se estende ao longo do caminho para o Rio de Janeiro e a que se compreende no quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá*"⁶. Essa última foi a área mais importante, na medida em que nela "os canaviais se disseminaram mais ou menos densamente por toda parte"⁷. Daí a maior parte do livro consistir na análise da produção e comercialização do açúcar oriundo do "quadrilátero". Ademais, como afirma a autora, por ter sido a área mais fecunda dela também foi possível obter maior quantidade de informações.

Ainda de acordo com Petrone, o desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo promoveu uma "*modificação completa de valores econômicos e sociais*". Assim, por exemplo, pode ser citada a maior valorização da agricultura, antes considerada atividade degradante, e a conseqüente projeção social dos proprietários de fazendas de cana. Como afirma a autora, essa "*classe, que vem da terra e que é enriquecida pela terra, faz esquecer uma longa tradição de aventuras no sertão à procura de índios ou de ouro e pedras preciosas*"⁸. Desse modo, tem origem uma sociedade formada por três classes distintas, das quais duas, "*a dos escravos e a dos agregados, feitores, administradores, foreiros, cultivadores 'a favor', partidistas etc., contribuíam com suas atividades para a projeção social e econômica dos senhores de engenho*"⁹.

⁽⁶⁾ Id., *ibid.*, p. 24.

⁽⁷⁾ Id., *ibid.*, p. 129.

⁽⁸⁾ Id., *ibid.*, p. 129.

⁽⁹⁾ Id., *ibid.*, p. 133.

Portanto, além de apresentar um quadro detalhado da economia açucareira desenvolvida em São Paulo entre 1765 e 1851, Petrone analisa seus efeitos sobre a sociedade e os valores na região. Demonstra, desse modo, que, a partir do crescimento da produção canavieira, estabeleceu-se verdadeira ruptura com a anterior organização econômico-social de São Paulo. Nas palavras de comentadora do trabalho, graças ao açúcar "*transformou-se a paisagem, modificaram-se as estruturas sociais e os valores tradicionais. Rompeu-se com o passado. Uma longa tradição de aventuras no sertão, a procura de índios, de ouro e pedras preciosas foi abandonada e a agricultura que até então era considerada degradante passou a ser a principal atividade da região*"¹⁰.

No entanto, o estudo de Petrone revela que o "ciclo do açúcar" paulista significou não apenas um rompimento com o passado da região, como também um primeiro passo para o futuro. Com efeito, segundo a autora, o açúcar foi também o elemento responsável pelo fato de o café ter encontrado em São Paulo, na segunda metade do século XIX, condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Os sistemas viário e portuário, a estrutura fundiária, a mão-de-obra escrava, a valorização da agricultura, entre outros, foram alicerces que a cafeicultura encontrou razoavelmente sedimentados na região, graças à lavoura canavieira, que por sua vez precisou implementar aqueles fatores para se desenvolver em terras paulistas.

De todo modo, pode-se ressaltar o valor do trabalho aqui comentado na medida em que o mesmo constituiu contribuição fundamental para o preenchimento de importante lacuna da História de São Paulo, posto que, anteriormente, apenas os episódios do bandeirismo e do café haviam sido merecedores de estudos sistemáticos, principalmente por parte de Alfredo Ellis Júnior e Affonso d'Escagnolle Taunay. De acordo com Emília Viotti da Costa, esse aspecto foi destacado pelo orientador da Tese, Prof. Sérgio Buarque de Holanda, que, ao finalizar seus comentários após a Defesa da mesma, salientou "*o caráter pioneiro do trabalho*", o que permitia "*admirar o que existe de positivo nele*"¹¹.

⁽¹⁰⁾ COSTA, 1965, p. 241.

⁽¹¹⁾ COSTA, op. cit., p. 250.

As qualidades do trabalho, porém, não se esgotam em seu pioneirismo. Há que considerar ainda que, através dele, a autora apresentou várias possibilidades de objetos de estudo no âmbito da História de São Paulo, como, por exemplo, a escravidão, os agregados, a região de Cubatão, o caminho da Serra do Mar, a atividade portuária, a administração etc., alguns dos quais viriam efetivamente a ser estudados em diversas Teses posteriormente defendidas junto ao Departamento de História da USP. E outros há que ainda não foram devidamente explorados.

A Lavoura Canavieira em São Paulo é, portanto, obra que merece ser constantemente revisitada, principalmente por historiadores interessados na História de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Emília Viotti da. Defesa de Tese de Doutorado da Licenciada Maria Thereza Schorer Petrone. **Revista de História**. São Paulo: Departamento de História-USP, XXX (61): 240-250, janeiro-março de 1965. p. 241.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Paulistanismo necessário. **Boletim da Academia Paulista de História**. São Paulo: Academia Paulista de História, 10 (40): 2, setembro de 1997. p. 2.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851)**. São Paulo: DIFEL, 1968. (Corpo e Alma do Brasil, volume XXI).

O PODER JUDICIÁRIO VISTO PELAS VÁRIAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

João RIBEIRO JÚNIOR

Este artigo não tem a pretensão de aprofundar-se no assunto, apenas examina, numa perspectiva histórica, as várias Constituições brasileiras, para verificar como se entendia e se entende o Poder Judiciário, principalmente hoje, quando se discute sua reforma.

Em 1824, dispôs a Constituição do Império que o Poder Judiciário seria independente e composto de juizes e jurados, aqueles para aplicarem a lei e estes para se pronunciarem sobre o fato. As causas seriam julgadas pelos Juizes de Direito; a segunda instância e outras instâncias superiores, eram exercidas pelos Tribunais de Relações, criados em cada Província do Império.

No foro civil e nas causas penais civilmente intentadas, era permitido às partes nomear juizes árbitros, cujas decisões seriam irrecorríveis se assim fosse acordado. Havia Juizes de Paz, eleitos pelo mesmo tempo e maneira por que se elegessem os Vereadores das Câmaras Municipais. Diante desses juizes devia ser obrigatoriamente intentada a reconciliação das partes, antes que se iniciasse qualquer processo.

Na Capital do Império, além do Tribunal de Relações, como havia nas Províncias, devia existir um Supremo Tribunal de Justiça, com atribuições perfeitamente especificadas; os membros desse Tribunal de Justiça usavam o titulo de Conselheiros, e eram recrutados, por antigüidade, dentre os membros dos Tribunais de Relações.

Todos os juizes eram nomeados pelo Imperador e só podiam perder o cargo por sentença; entretanto, o Imperador podia suspendê-lo

do exercício do cargo, quando se fizessem contra eles queixas fundadas.

A primeira Constituição republicana de 1891 criou a dualidade da Justiça, admitindo um Poder Judiciário da União e outro dos Estados. Por causa dessa dualidade, a Constituição especificava a matéria de competência da Justiça Federal, deixando o restante à competência das Justiças estaduais.

O Poder Judiciário da União tinha por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República, e tantos Juizes e Tribunais federais distribuídos no País, quantos o Congresso Nacional os criasse. O Supremo Tribunal Federal compunha-se de 15 juizes denominados Ministros e nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, dentre cidadãos de notável saber e reputação que satisfizessem a todas as condições exigidas para a eleição a senador.

Os militares passar a ter foro especial nos delitos militares; esse foro era constituído por um Supremo Tribunal Militar e por Conselhos necessários à formação da culpa e julgamentos.

Os juizes federais eram vitalícios, só podendo perder o cargo por sentença judicial. Os tribunais tinham competência para promover a própria organização, regular os serviços de suas secretarias, nomeando e demitindo seus empregados, bem como provendo os respectivos officios de justiça.

A dualidade de Justiça imposta pela Constituição republicana resultava também da dualidade de normas processuais, isto é, na dualidade do Direito Judiciário.

Pela Constituição de 1934, continuando, embora a dualidade da Justiça, determinou-se a unidade do Direito Processual. O Poder Judiciário da União foi ampliado, passando a ser integrado por uma Corte Suprema, nova designação dada ao antigo supremo Tribunal Federal, juizes e Tribunais Federais, juizes e Tribunais Militares, juizes e Tribunais Eleitorais.

Pela primeira vez se falava em juizes e Tribunais Eleitorais, mostrando, assim, a importância que o assunto estaria merecendo das forças políticas da Nação, também pela primeira vez se instituiu uma Justiça Especial - não citada, porém, como órgão do Poder Judiciário - para

dirimir conflitos entre empregados e empregadores sobre questões de trabalho, evidenciando isso a influência das questões sociais na ordem política.

Também foi criado um Tribunal Especial, que funcionaria como contencioso administrativo, para conhecer dos recursos interpostos pelas partes aos atos da Administração Federal.

Com exceção dos da Justiça do Trabalho, os juizes gozavam das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos, não podendo, entretanto, ainda mesmo que em disponibilidade, exercer função pública não prevista na Constituição, sob pena de perda do cargo. Os Tribunais continuavam no gozo da autonomia já concedida pela Constituição anterior, ficando-lhe, porém, proibido conhecer de questões exclusivamente políticas.

A Carta de 1937 acabou com a dualidade da Justiça, mantendo a unidade de processo, mas admitindo ainda a existência de juizes federais e de juizes estaduais. Foram então considerados órgãos do Poder Judiciária: o Supremo Tribunal Federal, designação novamente dada à então Corte Suprema; os juizes e Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; os juizes e Tribunais militares. Foi conservada, ainda fora do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho e extinta a Justiça Eleitoral.

Os juizes continuavam no gozo das mesmas garantias anteriores. O Supremo Tribunal Federal compunha-se 11 juizes, podendo esse número subir até 16, por proposta do mesmo Tribunal quando julgasse necessário.

No provimento dos cargos da magistratura, ficavam os Estados sujeitos a regras rígidas trazidas pela Constituição Federal. Em cada um deles, como no Distrito Federal, havia um Tribunal de Apelação, como órgão superior de justiça.

Foi permitido aos Estados criarem a Justiça de Paz, que já existira na Constituição do Império, de provimento eletivo e de cujas decisões deveria haver recurso para a justiça togada.

Pela primeira vez determinava-se que um quinto dos lugares nos tribunais superiores fossem reservados para advogados ou membros do Ministério Público, de notório merecimento.

Por causa da unidade da Justiça, as causas de interesse da União passaram à competência dos juizes da Capital dos Estados.

A Constituição de 1946 estabeleceu a dualidade da Justiça, mantendo, entretanto, a unidade do Direito Processual. Ela considerava órgão do Poder Judiciário da União: o Supremo Tribunal Federal; os Tribunais Federais de Recurso; os juizes e Tribunais Militares; os juizes e Tribunais Eleitorais; os juizes e Tribunais do Trabalho. Ela não só incluiu a Justiça do Trabalho no Poder Judiciário, como criou os Tribunais Federais de Recurso, restabelecendo ainda a Justiça Eleitoral.

Continuaram os juizes com as mesmas garantias já obtidas e os tribunais com a mesma autonomia de constituição e funcionamento.

Os Estados tinham competência para organizar a própria Justiça, respeitando, porém a estrutura imposta pela Constituição Federal. Haveria neles um Tribunal Superior de Justiça, uma Justiça militar e uma Justiça de Paz, competente, esta última, até para celebração de casamentos.

O Ministério Público foi objeto de cogitações tanto da Constituição de 1934, como da de 1946; a primeira o considerou entre os órgãos de cooperação nas atividades governamentais; a Segunda criou para os elementos que o integram uma carreira funcional privativa.

A Carta de 1967 como a Constituição de 1988 elencaram os diversos órgãos que integram o Poder Judiciário, como fizeram as Constituições anteriores. Em 1967, o Poder Judiciário era exercido pelos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal, Tribunais Federais de Recursos e juizes federais (a criação da Justiça Federal nos Estados foi feito pelo Ato Institucional nº 2, de 1965); Tribunais e juizes militares; Tribunais e juizes eleitorais; Tribunais e juizes do Trabalho; Tribunais e juizes estaduais.

A reforma de 1969 (Emenda nº 1), tendo em vista o regime militar, quis renovar os códigos e simplificar os processos, acrescentou assim, no artigo 112, o seguinte parágrafo único: "Para as causas ou litígios, que a lei definirá, poderão ser instituídos processo e julgamento de rito sumaríssimo, observados os critérios de descentralização, de economia e de comodidade das partes". Na verdade, não se criaram outros órgãos judiciários, mas foram desdobrados e descentralizados os juízos inferiores.

O número dos Ministros do Supremo Tribunal Federal foi elevado para 16, pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, sem audiência ou prévia concordância daquele órgão predominante, porém, pelo Ato Institucional nº 6, de 1967, foi restabelecido o número de 11 Ministros mantido pela Emenda reformuladora de 1969 e fixado no texto.

A Carta de 1967 previa a criação de três Tribunais Federais de Recurso. Deixando à lei complementar a criação de outros dois, sendo um no Estado de Pernambuco e outro no Estado de São Paulo. O governo militar, com evidente tendência para federalização da justiça, através do Ato Institucional nº 2, de 1965, estabeleceu o sistema da Constituição de 1891, da Justiça Federal de primeira instância nos Estados paralela à Justiça estadual.

A Justiça Militar, pela Carta de 1967 e Emenda Constitucional nº 16, estendeu sua competência para processar e julgar civis acusados de crimes contra a segurança nacional. Esta Lei, ajustando-se ao Ato Institucional nº 6, de 1969, após especificar os crimes contra a segurança nacional e a ordem político e social, dispunha que ficavam sujeitos ao foro militar tanto os militares como os civis.

Quanto à Justiça Eleitoral, o texto de 1967 mantinha a recorribilidade das decisões denegatórias de *habeas corpus* e mandado de segurança, porém a reforma de 1969 limitou-se ao *habeas corpus*.

Pela Reforma de 1969, foi a Justiça Estadual integrada no quadro geral do Poder Judiciário Nacional. Os Tribunais e juizes estaduais passaram a ser órgãos do Poder Judiciário único.

A Constituição de 1988 coloca, como as demais, o Supremo Tribunal Federal como órgão de cúpula do Poder Judiciário, principal guardião da Constituição, porém cria o Superior Tribunal de Justiça, alterando, assim, a sistemática vigente no direito anterior, que tinha por regra geral duas instâncias ordinárias e uma extraordinária, instituindo uma terceira instância recursal.

O Tribunal Federal de Recursos é regionalizado através da instituição dos Tribunais Federais de Recursos. E são mantidos os Tribunais e juizes do Trabalho. Quanto à Justiça Militar compete apenas processar e julgar os crimes militares, definidos em lei.

A atual Constituição assemelha o Distrito Federal e os Territórios aos Estados-membros da Federação ao incluir os Tribunais

e juizes que neles se localizam como órgãos do exercício do Poder Judiciário.

No que diz respeito a promoção de juizes por merecimento, a Constituição de 1988 fixou critérios a serem seguidos, o que não fazia a Carta de 1967. Esses critérios são: presteza e segurança no exercício da jurisdição, e freqüência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento.

Por razão de interesse público, o juiz poderá ser colocado em disponibilidade, removido ou aposentado; pela Carta de 1967, a decisão seria por votação secreta de dois terços dos membros do respectivo tribunal; a respeito o texto atual é omissivo, cabendo à lei complementar regular a matéria. Pela Constituição de 1967, os Tribunais de Justiça com número superior a vinte e cinco desembargadores será constituído órgão especial com o mínimo de doze e no máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno, bem como para a uniformização da jurisprudência no caso de divergência entre seus grupos ou seções.

A Constituição de 1988 mantém o mesmo dispositivo, omitindo a uniformização de jurisprudência, uma vez que esta já se encontra na competência do Tribunal Pleno. Atualmente, essa norma constitucional abrange o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais.

Quanto ao quinto constitucional, ao invés da lista triplíce estabelecida pelo Tribunal, como ordenava a Carta de 1967, determina o novo texto que os órgãos de representação de classe farão sua indicação em lista sêxtupla, que será encaminhada ao Tribunal, e ainda abrange tanto os Tribunais Regionais quanto os tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e não somente os tribunais estaduais, como antes estabelecido.

Diversamente da Carta de 1967, a Constituição de 1988 não dispõe sobre a sede e jurisdição do Supremo Tribunal Federal, porém o número de Ministros permaneceu o mesmo onze.

De acordo com a Carta anterior, somente o Procurador-Geral da República tinha legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade

de lei ou ato de natureza normativa federal ou estadual. Assim, a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar a matéria dependia da representação do Procurador-Geral da República. Hoje, com a atual Constituição ampliou-se essa possibilidade, atribuindo legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade além do Procurador-Geral, os órgãos elencados no art. 103: o Presidente da República, a Mesa do Senador Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partida político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Outra inovação da atual Constituição é quanto a competência para processar e julgar as infrações penais comuns do Presidente, do Vice, dos membros do congresso Nacional, dos Ministros e do Procurador-Geral da República, porquanto a Carta anterior apenas referia-se aos crimes comuns, e agora abrange tanto crimes quanto as contravenções penais. E ainda, a nova Constituição amplia a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente o mandado de segurança (já existente no ordenamento jurídico anterior) e o habeas data, contra atos praticados pelas autoridades mencionadas.

Diferentemente da Carta de 1967, o novo ordenamento jurídico, separa em dois dispositivos a matéria referente à extradição requisitada por Estado estrangeiro e à homologação de sentenças estrangeiras, mantendo, porém, a competência do Supremo Tribunal Federal para dirimir, em única instância, a questão.

Quanto a reclamação para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 inovou ao ampliar a competência deste órgão dominante para estes casos, sem mencionar, contudo, quem tem competência para reclamar, sendo possível entender como competente qualquer pessoa que possua capacidade postulatória.

E ainda inovou ao conferir ao Supremo competência originária para processar e julgar as ações em que ocorrer interesse direto ou indireto de todos os membros da magistratura ou aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou tenham interesse direto ou indireto no julgamento.

Inovou, também, ao ampliar a competência originária do Supremo ao atribuir-lhe o processo e o julgamento de mandado de injunção, que é uma inovação constitucional, sempre que a norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República ou dos órgãos enumerados no texto constitucional..

Em 1967, a competência para processar e julgar, em grau de recurso, o crime político, era do Tribunal Federal de Recursos. Agora, pelo novo ordenamento, conferiu-se essa competência ao Supremo Tribunal Federal.

O Superior Tribunal de Justiça é mais uma inovação, que funciona como órgão de terceira instância recursal, e que se situa entre o Supremo Tribunal e os Tribunais Regionais federais e estaduais. Cabe a ele, inúmeros casos, que pela Carta de 1967 competia ao Supremo.

Atualmente cabe ao Superior Tribunal de Justiça a competência originária para processar e julgar os mandados de segurança e habeas data contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal. Na Carta de 1967, a competência cabia ao Tribunal Federal de Recursos, que foi extinto e substituído pelos Tribunais Regionais Federais. O mesmo ocorreu quanto a competência originária para processar e julgar os habeas corpus, que era do Tribunal Federal de Recursos. Da mesma maneira, os casos de conflito de jurisdição, que era da competência do Supremo Tribunal Federal, e também quando contrariar tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência.

Ao extinguir o Tribunal Federal de Recursos, a Constituição de 1988 delegou aos Tribunais Regionais Federais a competência para julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais, ou a exceção expressa no parágrafo 3º do art. 109, bem como nas causas decididas pelos juizes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

A Constituição de 1988 altera substancialmente o texto do ordenamento jurídico de 1967 (art. 125, parágrafo 1º) no tocante as causas em que a União for autora. De acordo com a nova redação da atual Constituição (art. 109, parágrafo 1º) o foro competente é o domicílio da outra parte e não apenas as Capitais.

Outra inovação diz respeito ao Procurador Geral da República, cuja nomeação é competência privativa do Presidente da República. Ele

deve ser escolhido entre membros integrantes da carreira, como decorrência da própria executoriedade de suas funções institucionais, exigência essa não expressa na Carta de 1967, bem como, agora, sua aprovação prévia deve ser feita pelo Senado (maioria absoluta), como fazia a Constituição de 1946.

A Constituição de 1988 criou a Advocacia-Geral da União, para exercer a representação que diretamente lhe cabe; e eleva a atuação profissional do advogado à condição de indispensável à administração da justiça, garantindo-lhe inviolabilidade por seus atos e manifestações.

Infelizmente, apesar de todas essas inovações a atual Constituição continua sendo incompleta e provisória. Mesmo com as novas Emendas Constitucionais de Revisão, seus 246 artigos necessitam mais que outro tanto número de leis infraconstitucionais para dar-lhes eficácia plena.

FRANCISCO ALGAROTTI E TIEPOLO: AS RELAÇÕES ENTRE UM MECENAS E UM PINTOR

Duílio BATTISTONI FILHO

Entre os mecenas venezianos do século XVIII, Francisco Algarotti (1712-1764) ocupa uma posição de destaque, principalmente pelo seu gosto artístico, que ele soube expor com clareza e pelas estreitas relações com os grandes pintores do seu tempo. Considerado um burguês, mas amigo íntimo de príncipes, divertiu-se com o Iluminismo da época, embora continuasse estreitamente ligado à ordem antiga. Possuía um caráter excepcionalmente receptivo, aberto a todas as experiências novas que entravam em evidência na Europa. Por isso, quando se quer medir a influência que exerceu sobre os pintores de seu tempo é importante investigar quais foram suas idéias e em que momento exato entrou em contato com os pintores de Veneza, notadamente *Giovanni Battista Tiepolo (1696-1770)*.

Algarotti recebeu uma educação esmerada. Estudou principalmente as ciências naturais e matemática e interessou-se pelas artes quando viajou por Pádua, Vicenza, Verona, Florença e Roma. Nessa última permaneceu cerca de um ano onde pôde admirar suas velhas ruínas, principalmente o Panteão que considerava superior a São Pedro e algumas pinturas na Galeria Farnese. Residiu em Paris, onde conheceu Voltaire, e também em Londres. Ao visitar a Prússia, ganhou do imperador Frederico II o título de conde, em 1740. Entretanto, um desentendimento entre os dois fez com que Algarotti rompesse com ele. Dois anos depois, estava em Dresde, trabalhando para Augusto, Eleitor da Saxônia. Com ele elaborou um grandioso projeto de ampliação e enriquecimento da galeria de arte que Augusto estava formando. Até

então, as galerias de arte geralmente eram construídas segundo os gostos pessoais do colecionador. Algarotti rejeita essa concepção e a substitui pela perspectiva do historiador. Para ele a galeria deve refletir toda a história da pintura e dos melhores representantes de todas as escolas. Na época os mecenas percebiam que as encomendas de quadros que contivessem animais e paisagens eram dirigidas, respectivamente, a Castiglione e Claude Lorrain.

Quando de sua estada em Paris, Algarotti ficou fascinado pela pintura rococó francesa e há indícios de que tenha buscado inspiração em artistas mais apreciados na Europa do Norte do que em sua cidade natal. Começa a escrever uma longa série de livros e artigos que iriam constituir a sua mais importante contribuição à cultura italiana. A partir da segunda metade do século XVIII assume uma importante participação como mecenas e crítico no mundo artístico internacional.

Depois de ter deixado Veneza aos 20 anos somente voltou a sua cidade natal para três períodos relativamente curtos: numa boa parte do ano de 1737; em 1743-45 e em 1753-56. Somente nessas três estadas é que esteve em contato direto com artistas venezianos, dos quais se proclamava defensor, mecenas e crítico.

Examinemos com um pouco mais de detalhes as idéias que professou durante sua vida artística veneziana. Apreciava muito os artistas de sua cidade pela sua sensibilidade, sutileza e o domínio das cores. Por isso iniciou uma grande amizade com Tiepolo por causa de sua intensa espiritualidade e sua forte ligação com a História. Era unanimemente considerado o maior pintor de Veneza. Dele, Algarotti envia ao Conde Bruhl, em 1744, o quadro *O Banquete de Cleópatra* e mais outros dois *As Belas Artes levadas pelos mecenas ao trono de Augusto* e o *O Império da Flora que transforma em locais deliciosos os lugares mais selvagens*. Ambos refletem as intenções do pintor de mostrar os jardins suspensos e a fonte de Netuno. Algarotti ressalta particularmente o classicismo e a exatidão das duas cenas, tendo todo o cuidado possível na escolha da escultura antiga, assim como dos uniformes corretos.

Mais ou menos na mesma época em que encomendou esses quadros para seu ilustre patrão da Saxônia, ele ganhou de presente de

Tiepolo o quadro *O Banho de Diana*. Nessa obra, de forte conotação clássica, o artista mostra uma preocupação muito diferente. Trata-se de uma cena de abandono e de muita sensualidade, com ninfas nuas no estilo que Boucher pusera em moda em Paris. Nessa fase Algarotti fez algumas incursões pelo desenho e águas-fortes por puro prazer e diletantismo. Por mais que elogiasse em Tiepolo o artista culto, segundo o espírito de Rafael ou de Poussin, era igualmente atraído por outro aspecto da pintura dele: a imaginação e a fantasia.

Algarotti encontrou meios de ampliar a coleção de quadros de sua família. Guardou esboços e réplicas de muitas telas novas e antigas que tinha enviado a seus amigos; muitas vezes, quando adquiria uma obra que não se adequava a uma coleção real, guardava para si. Reuniu uma coleção de mais de duzentos quadros e grande número de desenhos. Certamente, Tiepolo se destaca de seus contemporâneos com cerca de treze pinturas e cento e dezesseis desenhos.

Durante toda a sua vida tomou muito cuidado em oferecer presentes caros às pessoas certas. Encomendava quadros para grandes personalidades como Walpole, na Inglaterra, para o papa, em Roma, e para os grandes centros europeus.

Em toda obra que encomendou, Algarotti exigiu que Tiepolo conciliasse dois estilos contrastantes da pintura: o romano e o veneziano, o culto e o imaginativo, o clássico e o pitoresco. Jogou com todos os artificios do neoclassicismo nascente, mas seu coração permanecia preso a uma tradição mais antiga e menos austera. E por isso que considerava Tiepolo o pintor ideal e porque via com tanta satisfação a admiração desse artista pela Antiguidade.

No fim de sua vida, Algarotti pediu a Tiepolo que pintasse quadros de pequena dimensão e refreasse suas fantasias, devido ao pouco interesse das grandes personalidades e instituições em ter quadros de grandes dimensões. Foi sempre muito respeitado como mecenas, apesar de ser vacilante em muitas de suas opiniões. Todos os seus contemporâneos consideravam que seu traço mais importante foi o desejo de agradar e que suas preferências sexuais foram tão instáveis quanto suas opiniões artísticas. Todavia, encontrou leitores mais sensíveis num mundo que lhe era mais simpático - o dos artistas e teria ficado

muito feliz em saber que, mais de trinta anos após sua morte, John Constable passava longas noites de inverno estudando suas obras.

OBRAS CONSULTADAS

- ⁽¹⁾ Haskell, Francis. *Mecenas e Pintores*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- ⁽²⁾ Hautecoeur, Louis. *História da Arte*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963, vol. 2.
- ⁽³⁾ Mahler, Jane Gaston. *Histoire Mondiale de l'Art: du baroque au romantisme*. Paris, Marabout Université, 1966.
- ⁽⁴⁾ Hauser, Arnald. *História Social de la Literatura y el Arte*. Madrid, Ediciones Guadarrama, 1969.

HISTORIOGRAFIA PARAIBANA EM SÍNTESE

José Octávio de Arruda MELLO

A historiografia paraibana alinha-se entre as mais representativas do país. Sua primeira manifestação consiste no chamado **Sumário das Armadas**, de denominação original muito mais extensa. Rebatisado como **História da conquista da Paraíba** (1983), sua autoria ainda é discutida. Trata-se de obra referente aos primeiros tempos da capitania cuja conquista também mereceu considerações de Frei Vicente do Salvador em sua **História do Brasil**. Ambos, o jesuíta desconhecido e o frade seráfico, residiram na Paraíba.

Logo no início do século XVII a Paraíba tornou-se objeto de um dos mais importantes estudos da sociedade colonial brasileira. Trata-se dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de Ambrósio Fernandes Brandão, judeu português também senhor de engenho no vale do Paraíba.

Toda essa historiografia é **vivencial**, isto é, formulado ao **vivo** por **testemunhas** dos acontecimentos históricos. Este, igualmente, o caso dos relatórios holandeses do século XVII, do melhor nível, e liderados pela **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckmans, que mereceu duas reedições em 1982.

A conquista do sertão paraibano aparece na **História das Bandeiras Paulistas**, de Afonso de Taunay. Embora situada na perspectiva dos vitoriosos, cobre parte do mais importante acontecimento da História da Paraíba entre os séculos XVII e XVIII. O final deste último século produziu, em 1799, relatório que resume os malefícios do sistema colonial. De orientação crítica, “o Governador da Capitania Fernando de Castilho presta à metrópole a interessante narração do estado em que se acha a mesma capitania, importante documento de

valor histórico”, representa um dos sete principais documentos para a reconstituição da História da Paraíba.

A começar pelo padre Aires do Casal com sua **Corografia Brasilica**, a historiografia paraibana do século XIX registra a participação dos “viajantes”. São assim chamados os cientistas, comerciantes e religiosos estrangeiros que firmaram importantes observações sobre os lugares por onde passaram. Dois deles - Henry Koster, senhor de engenho em Pernambuco, e o pastor norte-americano Daniel Kidder - lideraram elenco sistematizado pelo antropólogo Aécio Aquino em **Nordeste, Século XIX** (1980). Esse livro é também de Historiografia por enfeixar produção histórica, largamente discutida.

A reorientação republicana e o Instituto Histórico. A historiografia republicana cresceu com a República quando define suas linhas mestras e passa a ser maciçamente elaborada por paraibanos. A razão desse crescimento residiu no federalismo que consagrou a autonomia dos Estados em que se transformaram as antigas Províncias do Império Unitário. A produção histórica foi posta a serviço dos Estados, que dela se valeram para justificar os novos poderes de que eram dotados. A maioria dos Institutos Históricos estaduais data dessa época. A Paraíba não constituiu exceção. Seus principais historiadores - Irineu Joffily, Maximiano Machado, Tavares Cavalcante, João Lyra Tavares, Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, José Américo de Almeida - localizam-se ou foram publicados na República Velha. Nesta, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano principiou, em 1909, a publicar sua revista com temas bem característicos: Invasões holandesas e Revolução de 1817. Buscava-se, por essa via, fortalecer os sentimentos nativista e republicano em oposição à Monarquia que acabava de cair.

Apesar do tom discursivo e do autodidatismo dos trabalhos, como atributos da época, a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano" cumpriu seu papel. Nela, Irineu Pinto começou a publicar as **Datas e Notas para a História da Paraíba** (1908) que constituiriam a base documental da historiografia paraibana. O mesmo verificou-se com a **História da Província da Paraíba**, de Maximiano Machado (1912). A não menos importante **Corografia da Paraíba do Norte**, de Beaurepaire Rohan, ocupa 31 páginas da revista de número 3.

Na primeira fase, de seis números, até 1928, a Revista publicou representativos estudos. Encontram-se entre estes conferência

do pernambucano Oliveira Lima sobre 1817 e trabalhos de Florentino Barbosa e Alcides Beserra sobre Jesuítas e Imprensa na Paraíba. No número 4, Bezerra focalizaria amplamente o banditismo e o cangaço à luz das concepções racistas e germanófilas da época. Seu contraponto está em Pedro Baptista, cujo **Athenas de Cantadores**, da revista número 6, revela visão cabocla dos cantadores e aproxima-se da folclorologia em formação.

Nomes de peso da cultura paraibana, como Coriolano de Medeiros e Rodrigues de Carvalho, também aparecem nessa fase. No número 6, “A sedição dos Quebra-Quilos” chega a surpreender pela originalidade. Já a parte da historiografia propriamente dita desponta com relatório do engenheiro Francisco Retumba, revisitado pela Prof^ª Irene Rodrigues Fernandes na década de setenta, e levantamento de Mateus de Oliveira acerca dos mapas que, desde Cantino, focalizaram a Paraíba. Momento de relevo para o Instituto Histórico da Paraíba consistiu na realização, em maio de 1922, do Sétimo Congresso Brasileiro de Geografia cujos **Anais** foram publicados por essa instituição quatro anos depois. Historiadores como Diogo de Vasconcelos, de Minas Gerais, e Lucas Boiteux, de Santa Catarina, dele participaram.

Índices, catálogos e inventários. Constitui atestado de insuficiência mental negar a validade dessa contribuição. Mereceu ela dois índices como verdadeiros roteiros para a historiografia paraibana. O primeiro, de autoria do desembargador Sinval Fernandes, acha-se contido no número 18, da Revista do Instituto. O outro, bem mais completo, foi enfeixado em edição comemorativa do nonagésimo aniversário da entidade, em 1995, sob a responsabilidade da bibliotecária Tânia Maria da Silva.

Mais recentemente, a chamada Casa de Irineu Pinto produziu o **Memorial** do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1995), a cargo de Maria Helena Cruz, com detalhado relacionamento da contribuição de fundadores e associados. A publicação aprofundou linha de trabalho estabelecida por Eurivaldo Caldas Tavares em **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e seus setenta anos** (1975), ligeira notícia biográfica dos sócios fundadores.

O exemplo dos índices do Instituto transmitiu-se a outras instituições. Uma delas, a Fundação Casa de José Américo editou dois

catálogos confiados à competência da arquivista Ana Isabel de Sousa Leão Andrade. O primeiro intitula-se **Catálogo da correspondência de José Américo de Almeida, 1915-1952** (1983) e o outro **O Arquivo José Américo e a Revolução de 1930** (1985).

A Revolução de 30 na Paraíba foi historiograficamente valorizada pelo “Grupo José Honório Rodrigues”, mediante contribuição de José Octávio, que contou com a colaboração da bibliotecária Ana Maria Gonsalves dos Santos Pereira. **João Pessoa e a Revolução de 30: exposição bibliográfica e cartográfica** (1978), intitula-se o trabalho que daí resultou, com análise de publicações nacionais, regionais e locais sobre o chamado outubrismo. Na mesma linha, Evando Nóbrega produziu, em junho de 1981, **Os incríveis arquivos do dr. Humberto**, acerca de uma das melhores coleções particulares de documentos da Paraíba.

Em Historiografia, o preparo de catálogos, índices e inventários é fundamental. A questão foi compreendida pela Prof^a Elsa Régis de Oliveira que, estagiando em Portugal, procedeu ao tombamento dos documentos da Paraíba no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Daí resultou copioso **Documentos para a História da Paraíba**, em dois volumes de 700 páginas datilografadas, mas infelizmente não editados.

Tendo incursionado por outros centros documentais portugueses como os Arquivos Histórico Ultramarino de Lisboa, Nacional da Torre do Tombo e Histórico do Ministério das Finanças, todos em Lisboa, Régis de Oliveira faz-se consciente da validade do levantamento de fontes para a História da Paraíba. Tanto assim que, em palestras, artigos, estudos e comunicações, procedeu a intensa divulgação dos **Documentos para a História da Paraíba**. Um deles, inserido em **Capítulos da História da Paraíba** (1987) recebeu por título “Os documentos dos Arquivos Portugueses”.

A mais bem sucedida organização de fontes da historiografia paraibana reside na estruturação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, sob coordenação das professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Zeluiza da Silva Brandão. Dele resultaram três trabalhos modelares que são **Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e Catálogo da Coleção de Fotografias 1905-1989**, todos de 1992.

Por meio desse instrumental, a historiografia paraibana recebe a contribuição do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), localizado na Cidade Universitária de João Pessoa. Nele, a gestão da historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira preocupou-se em sistematizar a respectiva produção documental, na intenção de torná-la disponível aos interessados. Em importantes peças desse material consistem os catálogos de jornais, periódicos e livros raros da Biblioteca Irineu Pinto, do Instituto Histórico, os relatórios de presidentes da Província (1837-1888) e o catálogo do jornal católico “A Imprensa” (1897-1968), este último organizado pela Prof^a Laudereida Moraes.

Nesta resenha merecem ainda registro dois trabalhos dessa instituição: **Arrolamentos dos acervos cartoriais para a história da Paraíba**, da Prof^a Diana Soares de Galiza, publicado na série “Documentação” dos “Cadernos de Estudos Regionais” (1979), e outro, de responsabilidade das Professoras Irene Rodrigues Fernandes e Laura Helena Baracuhy Amorim, representa completo mapeamento dos arquivos da Associação Comercial da Paraíba. Como a Prof^a Elsa Régis, esse inventário não foi editado.

A rigor, não existem fronteiras para a historiografia da Paraíba. O que a integra é o que em matéria de (Geo) História diz respeito à Paraíba. O critério terá de ser esse e não a naturalidade do autor. Se esse é paraibano mas não abordou a Paraíba, evidentemente não pertence à historiografia desta.

Tal entendimento incorpora-se a dois estudos dos historiógrafos Deusdedit Leitão e José Octávio de Arruda Mello. O primeiro publicou na coletânea **José Américo e a cultura regional** (1983) a monografia “Fundação Guimarães Duque e bibliografia do semi-árido nordestino”, a respeito de instituição mossense de abrangência nordestina. Vários de seus títulos integram a historiografia paraibana. Quanto a Octávio, seu estudo “A historiografia temática como fonte para a história do Nordeste” publicado na **Memória da V Semana de História** (Franca, 1984), associou a historiografia da Paraíba à do Nordeste, dentro da qual se inclui. Em ambos esses estudos, a técnica de abordagem é comparativa. Tal como em “Paraíba e Rio Grande do Norte: história e historiografia num roteiro regional de liberdade”, publicado por José Octávio nos volumes 75-76 da “Revista

do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte” (1983-1984).

De Celso Mariz a Pedro Nicodemos. A publicação, na República Velha, dos chamados clássico da historiografia da Paraíba ensejou a Celso Mariz, em 1922, o primeiro estudo sistemático da historiografia paraibana. É ele o capítulo de abertura da primeira edição dos **Apanhados históricos da Paraíba** (1922, 80, 94). Intitulado “Quadro histórico e geográfico da Paraíba”, relaciona, sucessivamente, **Notas sobre a Paraíba** (1892) e **Sinopse das sesmarias** (1894), de Ireneu Joffily; **História da Província da Paraíba** (1912), de Maximiano Machado; as duas primeiras edições de **Datas e notas para a História da Paraíba** (1908, 16), de Irineu Pinto; os estudos de João de Lyra Tavares, a saber **A Paraíba** (1909), **Apontamentos para a história territorial da Paraíba** (1910) e **Estudo sobre a Revolução Praieira** (1911); e ainda **Epítome da História da Paraíba** (1914), de Manuel Tavares Cavalcante, assim como o **Dicionário corográfico do Estado da Paraíba** (1914), de Coriolano de Medeiros.

Sem esquecer a validade dos primeiros números dos **Almanaques da Paraíba e Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, o estudo de Celso Mariz perfilha memórias, como as de Ascendino Cunha, relatórios de Diógenes Caldas, sínteses biográficas como **Paraibanos Ilustres**, de Liberato Bittencourt (1914), e “escritos esparsos de certo mérito”, tais os da Inspetoria de Obras Contra as Secas e o livro do padre Heliodoro Pires acerca do padre Rolim, surgido em 1917, em Fortaleza. Sempre pioneiro, Mariz chama atenção para as primeiras publicações dos cientistas estrangeiros das obras contra as secas sobre o Nordeste, como a de Roderic Crandall.

Após essa abordagem, a História da Paraíba praticamente estacionou. Isso porque se muito continuou a publicar-se sobre a história do Estado, a sistematização tornava-se eventual, como a de artigos publicados pela imprensa.

Desta maneira, somente em 1971 aparece novo estudo da historiografia da Paraíba propriamente dita. Sua autoria pelo professor José Pedro Nicodemos evidencia dois novos vetores. Funcionamento de cursos superiores de História, responsáveis por metodologia mais consistente e influência de José Honório Rodrigues que, no plano

nacional, oferecia vida própria à Historiografia, libertando-a do amadorismo e da Literatura.

Historiografia de Frei Vicente do Salvador (1971) representa estudo historiográfico não apenas pela titulação mas pelo tratamento. Nele, o catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia evidencia como Frei Vicente, recusando o fantástico, aproximou-se da História. No ponto alto de suas colocações, Nicodemos demonstra como naquela **História do Brasil** despontam o individualismo, como elemento de nossa formação social, e a natureza, como traço comum dos cronistas coloniais.

O ano de ouro de 1977. Na historiografia paraibana o ano de 1977 tornou-se decisivo. Nele, três dos maiores clássicos da produção histórica paraibana - Irineu Pinto, Maximiano Machado e Ireneo Joffily - motivaram análises de pura historiografia. No primeiro deles, José Pedro Nicodemos aproveitou prefácio à reedição de **Datas e notas para a História da Paraíba (1977)** para apreciação da vida, obra e conteúdo da contribuição do autor. Seu estudo torna-se mais moderno que os de Piragibe Pinto em **Irineu Pinto, sua vida e sua obra (1982)** e Amaury Vasconcelos em **A história de um historiador (1983)**.

Também apresentado como prefácio, no caso à segunda edição de **História da Província da Paraíba (1977)**, "Maximiano Machado: Liberalismo, Radicalismo e Revisionismo na primeira História da Paraíba" faz-se inovador. O autor, José Octávio de Arruda Mello, não só levantou as matrizes da obra machadeana, como as grandes linhas da produção histórica paraibana. Esta divide-se entre as de cunho documental, geo-histórica e de caráter exaustivo e cronológico. Maximiano Machado alinha-se entre os últimos.

O melhor estudo da historiografia paraibana encontra-se na "Apresentação" à reedição das **Notas sobre a Paraíba (1977)** de Ireneo Joffily. Ampliando monografia intitulada **Um cronista do sertão no século passado (1964)**, Geraldo Ireneo Joffily não apenas reconstituiu a transição ideológica da Paraíba na passagem do Império à República - dentro da qual Ireneo Joffily assumiria lugar de destaque - como verdadeira feição do movimento republicano e a urbanização de Campina Grande. De acordo com o neto, o avô não se fazia propriamente liberal mas democrático, isto é reformista radical.

Por meio da Historiografia fica claro que Ireneo Joffily tornou-se o mais sólido historiador do sertanismo paraibano. Não admira haja sido originariamente prefaciado por Capistrano de Abreu, cuja temática assimilou. Outro historiador dos interiores brasileiros, Euclides da Cunha, aproveitou-o em **Os Sertões**. Para os representantes do Grupo José Honório, o primeiro Joffily também reorientou, formalmente, a produção histórica paraibana ao substituir a seriação cronológica pela síntese temática. O modelo, uma vez mais, recorre a Capistrano de Abreu e a um discípulo deste, o cearense Barão de Studart.

José Honório e a consolidação da historiografia paraibana.

Os três estudos de 1977 contribuíram decididamente para o amadurecimento da historiografia paraibana. Esta consolidou-se com as sucessivas visitas do historiador José Honório Rodrigues que, inspirando até a formação de grupo de estudos, dedicou à Paraíba duas obras de alcance historiográfico - **História Combatente** (1982) e **Tempo e Sociedade** (1986). O relacionamento de José Honório Rodrigues com a Paraíba e o Nordeste foi expressado pelos números de 18 de setembro e 2 de setembro de 1983 do suplemento literário *Correio das Artes* do jornal "A União", sob a coordenação do crítico e poeta Sérgio de Castro Pinto.

A participação de José Honório na reorientação da historiografia paraibana tornou-se fundamental. Sua presença animou os "Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira", de que foram editados quatro tomos, em 1978, 79, 80 e 83. Neles, cientistas sociais e historiadores como Miguel Reale, Boris Fausto, Amaro Quintas, Odilon Nogueira de Matos, Paulo Bonavides, Hélio Jaguaribe, Vamireh Chacon, Maria do Carmo Tavares de Miranda e Juarez Batista, além do próprio José Honório, voltaram-se para a historiografia tanto regional quanto nacional.

O quarto livro da série - **Viagem ao universo de Gilberto Freyre** (1983) - discute a contribuição histórico-social de Gilberto Freyre, da maior importância para a historiografia da Paraíba. Na mesma linha, José Américo motivou a coletânea **Geografia, Antropologia e História em José Américo** (1982), conjuntamente assinada por Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes e José Octavio, além de José Honório Rodrigues. A Octávio coube avaliar, criticamente, os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira no estudo

inserido no número de abertura da revista “Debates de História Regional” (1992), da Universidade Federal de Alagoas.

A historiografia paraibana foi resenhada por José Honório em dois estudos - **A Paraíba e seus problemas, um livro exemplar**, preparado como prefácio à terceira edição da monografia de José Américo sobre seu Estado (1980) e **Paraíba e historiografia**, como capítulo da coletânea **Paraíba 400 anos** (1985), organizada por Pontes da Silva e Fátima Araújo para o Quarto centenário da Paraíba. Honório trilhou o mesmo caminho ao prefaciar **João Pessoa perante a História** textos básicos e estudos críticos (1978) de seu discípulo José Octávio.

Este último é um livro tipicamente de Historiografia. Pela primeira vez, historiadores liberais e perrepistas são colocados lado a lado em termos de textos e análises. A receita foi seguida, com relação à capital do Estado, de trajetória reconstituída pelos historiadores Wellington Aguiar e José Octavio em **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro** (1985), de iniciativa do primeiro. As introduções de ambos, claramente exaustivas, dão continuidade às de **A Paraíba das origens à urbanização** (1983) e **José Américo e a cultura regional** (1983). Ao discutir temas históricos e respectivos autores, recaem no terreno da Historiografia.

No aprofundamento desta, Eduardo Martins resenhou um dos principais historiadores do Estado em **Coriolano de Medeiros: notícia bibliográfica** (1975), enquanto Fátima Araújo voltava-se para o segmento jornalístico da produção histórica em **História e Ideologia na Imprensa da Paraíba** (1983).

A contribuição de Martins, amplamente historiográfica, foi evocada por José Octávio em “Eduardo Martins na criatividade da Província”, como prefácio a **A Tipografia do Beco da Misericórdia** (1978) daquele autor. Suas monografias sobre Alyrio Wanderley, Carlos Dias Fernandes, Perylo de Oliveira e padre Azevedo interessam à Historiografia pelas indicações bio-bibliográficas que contêm. Principalmente **Carlos Dias Fernandes: notícia bibliográfica** (1976) que firma indicações para o estudo de animada fase da cultura paraibana. Com sentido mais documental, Martins produziu **A União, jornal e história da Paraíba: sua evolução gráfica e editorial** (1977), básico para conhecimento do diário que representa a melhor fonte jornalística

da História da Paraíba. Nesse particular, essa obra faz-se melhor organizada que **Paraíba: imprensa e vida** (1985), de Fátima de Araújo, conquanto esta última se compense pela amplitude da pesquisa e análises críticas que contém.

De Walfredo Rodriguez ao Quarto Centenário. Outro autor de relevo na História da Paraíba, Walfredo Rodriguez, veio para dentro da historiografia paraibana por intermédio da coletânea **Walfredo Rodrigues e a Cultura Paraibana** (1986), organizada por Alex Santos. A diversidade das abordagens de Waldemar Duarte, Wills Leal/Alex Santos, Raimundo Nonato, Machado Bittencourt e José Octavio propiciou colocações sobre as linhas de produção histórica em memorialismo literário, cinema, teatro, fotografia e urbanismo, como gêneros da cultura em que se especializou Walfredo.

Despontou então a chamada **Historiografia funcional** em que a abordagem de determinado tema de História enseja sua própria revisão. O sinal foi concedido por José Octávio de Arruda Melo com **A escravidão na Paraíba: Historiografia e História** (1988), “livro triplamente honoriano”, segundo o posfaciador Humberto de Mello.

A técnica foi ampliada por Octávio em “Historiografia e História dos italianos na Paraíba: uma revisão crítica”, como capítulo do terceiro volume de **A presença italiana no Brasil** (1996), coordenado pelo historiador gaúcho Luiz A. de Boni, para editoras de Turim e Porto Alegre. Outro exemplo reside na tese de doutoramento do mesmo autor, defendida perante a Universidade de São Paulo em 1992, **Historiografia e História das Eleições na Paraíba**, trata-se de estudo montado sobre um dos principais estudos históricos paraibanos: **As condições de vida política no Estado da Paraíba** (1957), do francês Jean Blondel, analisado por José Octavio no prefácio à segunda edição.

Instituição que ofereceu suporte ao desenvolvimento experimentado pela historiografia paraibana, a partir de 1975, foi o Correio das Artes. Tanto sob a direção de Jurandy Moura quanto na de seus sucessores Sérgio Castro Pinto, João Trindade e, novamente, Sérgio Castro Pinto, esse suplemento literário de “A União” abriu espaço para a crítica histórica que impulsionou a historiografia. Em suas páginas, a produção historiográfica nacional - com destaque para os chamados brasilianistas - foi, na primeira fase da segunda década de

setenta, amplamente debatida. O mesmo aconteceu com historiadores paraibanos como Inocêncio Nóbrega, Tancredo de Carvalho, Sabiniano Maia e Maurílio Almeida, discutidos em “Três autores de livros paraibanos” e “Dois momentos da historiografia paraibana”, das edições de 13 de junho de 1976 e 24 de julho de 1977. Foi essa a época em que críticos com Gemy Cândido, Valdemar Duarte de Wilton Veloso e ainda Aécio Aquino voltaram-se para a Historiografia.

De parte da produção do “Correio das Artes” resultou **Seis Estudos Rápidos** (1983), de José Octávio. Basicamente historiográfica, essa publicação das Edições Macunaíma discute os historiadores Maximiano Machado, Armando Souto Maior e Joaquim Inojosa, o publicista San Tiago Dantas, historicista do Direito, e os escritores Bernardo Elis e José (Antônio) Urquiza. Na análise dos dois últimos, as associações entre História e Literatura, levantadas por Eilzo Matos num dos comentários do Quinto Seminário Paraibano de Cultura Brasileira. O volume, embora preparado, não foi editado.

Não foram poucos os prefácios que se transformaram em exercícios de Historiografia. Tal o caso de Rosa Maria Godoy Silveira em face das monografias **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia** (1755-1799), de Elza Régis de Oliveira, e **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba** (1993), de Lúcia de Fátima G. Ferreira. Outros historiadores preferiram diluir a historiografia no “corpus” da obra, como Martha M. Falcão de Carvalho e M. Santana, com **Nordeste, Açúcar e Poder** (1990). Essa autora prenuncia tese de doutoramento em que a administração Argemiro de Figueiredo, na década de trinta, é considerada a partir da base historiográfica da Revolução de 30.

Na Paraíba, cronistas próximos à produção histórica voltaram-se para a Historiografia ao debaterem temas e autores da História da Paraíba. Esse o caso de Wellington Aguiar em **O passageiro do dia** (1977), Gonzaga Rodrigues em **Notas do meu lugar** (1978) e, principalmente, Domingos Azevedo Ribeiro em **Crônicas do cotidiano** (1993). Este último chega a, expressamente, louvar a historiografia cruenta, apoiada sobre a violência das sociedades de que se ocupa.

Montado sobre entendimento crítico, o IV Centenário da Paraíba ensejou estudos em que a historiografia se viu contemplada. No

primeiro deles, **Paraíba: conquista, patrimônio e povo** (1983), “seus melhores intérpretes” viram-se biografados não através de cargos administrativos e trajetória profissional, mas por meio da obra, novidade introduzida pelo Grupo José Honório Rodrigues. Em outro estudo, considerado o maior manual de História Regional - **Capítulos da História da Paraíba** (1996), a historiografia aparece nos estudos de Elsa Régis, Eduardo Martins, Luiz Bronzeado, José Octávio e Evandro Nóbrega. O caráter historiográfico dessas publicações e várias outras da série encontra-se balanceado em “História e Historiografia no IV Centenário da Paraíba” elaborado por José Octávio como comunicação para a reunião anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, em cujos Anais da VI Reunião (1987) se encontra.

Reconhecimento, contribuição mais recente e Dicionário.

Louçada por especialistas como Francisco Iglésias, Odilon Nogueira de Matos, Amaral Lapa, Richard Graham e Moacir Werneck de Castro, toda essa produção foi considerada “renovadora e diversificadora da historiografia da região” pelo historiador carioca José Luiz Werneck da Silva em **A deformação da História ou Para não esquecer** (1985). Conforme Werneck, a historiografia paraibana de nossos dias integrou-se à resistência contra o autoritarismo de 1964 e 1968.

Em suas mais recentes manifestações, José Octávio se ocupou em **José Honório: um historiador na trincheira** (1994) escrito de parceria com a Dr^a Leda Boechat Rodrigues, e o estudo “Nos caminhos da ciência histórica na Paraíba” (1991/94), inserido no número nove da revista “Paraíba Cultural” (1994), do Conselho de Cultura da Paraíba. O primeiro foi resumido na comunicação “As portas do Inferno: um historiador e seu grupo”, contido nos “Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica”. Em outra incursão, Octávio ocupou-se da produção histórica paraibana em **História da Paraíba: lutas e resistência** (1994, 5, 6).

Reforçada por densos prefácios de Armando Souto Maior e Carlos Guilherme Mota, essa **História da Paraíba** teve primeira edição agregada à “Coleção Paraibana”, do Conselho Estadual de Cultura do Estado. Nessa, dois títulos revestem-se de feição historiográfica: **Bibliografia Paraibana** (1994) de Horácio de Almeida, e **Dicionário literário da Paraíba** (1994). Coordenado por Idelete Muzart Fonseca

dos Santos, esse dicionário avataja-se sobre os de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e José Leal, **Pequeno Dicionário de Fatos e Vultos da Paraíba** (1984) e **Dicionário Bibliográfico Paraibano** (1986), preparados em bases demasiado rápidas.

Iniciada em 1994 pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado Sebastião Vieira, e continuada pelo sucessor Iveraldo Lucena, a “Coleção Paraibana” ensinou outros estudos historiográficos. Referim-nos aos prefácios das edições da série voltadas para a História. Estão nesse caso os estudos de Wellington Aguiar, José Luiz da Mota Menezes, Gonzaga Rodrigues, José Octávio e Gabriela Martin Ávila sobre as (re)edições de Walfredo Rodrigues, cônego Florentino Barbosa, Mário Márcio de Almeida Santos, Celso Mariz, José Américo de Almeida e José de Azevedo Dantas.

Geo-história e cinema na Historiografia atual. A mais recente produção na área das Ciências Sociais paraibanas dispõe de outra característica. No segmento geográfico reaproximou-se da História, com a qual se fundiu.

Graças sobretudo à influência do cientista social pernambucano Manuel Correia de Andrade, prevalece então a Geo-História. Seu núcleo reside no Departamento de Geo-Ciências da UFPB onde os estudos de, entre outros, Cláudio Egler, Janete Lins Rodrigues, Custódia Magalhães, Gislaíne Venâncio Teles, Emília de Rodat e Lígia Tavares são do maior significado para a História Contemporânea da Paraíba.

Entre as publicações assim concebidas encontram-se o **Atlas geográfico do Estado da Paraíba**, publicado por ocasião do IV Centenário, em 1985, **Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa** (1980) de Janete Lins Rodrigues, e **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização** (1989) de Emília de Rodat F. Moreira.

Em Campina Grande, a produção de Economia, História e Geografia inspirou-se nas colocações da Sociologia de Lopes de Andrade, que era também historiador. Seu livro póstumo **Uma militância na Imprensa: Estudos de Urbanização, Política, Economia, Educação e Literatura** (1984) está cheio de considerações historiográficas como a respeito do volume da série “Os rio do açúcar”, da Fundação Joaquim

Nabuco, referente ao Mamanguape. Data daí como os estudos de Marisa Braga de Sá, Josélia Maria Ramos Wellen, Antônio Albuquerque da Costa e Maria Zélia Pereira Fernandes interessam de perto à História. O de Marisa Braga de Sá intitula-se **Os engenhos rapadureiros e a expansão da agroindústria açucareira no município de Areia, microrregião do Brejo Paraibano**.

A Sociologia trilhou caminho semelhante, o que explica o conteúdo das dissertações e monografias de mestrado em Ciências Sociais da UFPB, voltados para os movimentos sociais e políticos de Campina Grande. Temas como atuação do Partido Comunista Brasileiro, Ligas Camponesas, e Severino Cabral e o populismo despontaram então. A monografia de mestrado da professora Celeide Queiroz Farias intitula-se **A Casa de Farinha: a realidade socioeconômica do Brejo paraibano** (1983) e fundiu Sociologia, Economia e História.

A Historiografia não é uma mistificação. Tida como ramo mais recente da Teoria da História, não se pode confundir com a mesquinha dos que se põem a desenvolvê-la sem qualquer preparo. Além do que, subordinando-a a espúrias influências...

Este, evidentemente, não é o caso de Wills Leal. De sólida formação e exatas intuições, esse crítico de cinema e (ultimamente) historiador social incorporou à Historiografia seu poderoso **O discurso cinematográfico dos paraibanos: a história do cinema na/da Paraíba** (1989). Nele torna-se claro que os documentários do cinema novo da Paraíba, de **Aruanda** (1960), de Linduarte Noronha, a **Parahyba** (1985), de Machado Bittencourt e Alex Santos, encontram-se intimamente ligados à História da Paraíba, que, a nível antropológico, reconstituem. Tal o caso dos curta-metragens de João Ramiro F. de Mello, Ipojuca Pontes, Rucker Vieira, Vladimimar Carvalho, Jurandy Moura, Antônio Barreto Neto e Jomard Muniz de Brito. Em sua quase totalidade derivam do extinto Cinema Educativo, do professor João Córdula. Essa repartição funcionou como verdadeiro laboratório de fusão do Cinema com História e Antropologia.

(De **História, espaço e historiografia na Paraíba**. João Pessoa, 1996: 15-30)

LINDOLFO COLLOR, UM ANALISTA POLÍTICO LÚCIDO E PENETRANTE

Fernando Whitaker da CUNHA

O centenário do nascimento de Lindolfo Collor (1890-1942) propiciou um reexame de seu importante legado cultural, pelo qual passa um poderoso ideal de liberdade e de justiça social.

Secretário de Estado, deputado estadual e federal, primeiro Ministro do Trabalho (em artigo de 1917, sobre a questão social, revelando influência positivista, escreveu ele que não era possível iludir a verdadeira situação do proletariado, “adiando sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental”), assentando, tendo como objeto final a elaboração de um Código de Trabalho, que até hoje não temos, as bases de nossa legislação obreira, como provam medidas tomadas em 1930-1932 (deste ano é, entre outros, o decreto nº 21.396 que organizou comissões mistas de conciliações, que antecederam os juizados de trabalho), mormente o decreto-lei nº 19.770, de 19 de março de 1931, originário de um projeto de Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta que regulou, inspirado na lei francesa de 1884, que já havia influenciado o decreto nº 1637, de 1907, a sindicalização das classes patronais e operárias (o projeto, segundo a exposição de motivos, era a “primeira iniciativa sistemática no sentido da organização racional do trabalho em nosso país”, bases aliás que já se encontravam, como questão social, forte ressonância na Velha República (aliás, a nova legislação viria insospitavelmente com ou sem a Revolução de 1930, como notou Alberto Muniz da Rocha Barros), historiador abalizado, numa linguagem segura, como demonstra **Garibaldi e a Guerra dos Farrapos**, em que expõe “dez anos de luta contra as armas do império centralista, pelo ideal da República e da Federação” e, enfim, poeta,

erudito escritor (é excelente seu estudo sobre Goethe), diplomata, jurista, jornalista (“sua profissão preferida, no sentir de Donatello Grieco, e que o levou a colaborar, entre outras publicações, no “Jornal do Comércio”, em “O País”, no “Jornal do Brasil”, no “Diário de Notícias”, na “Tribuna”, em “A Pátria”, e em “O Jornal”) e insigne cidadão.

Lindolfo Collor foi sempre por seu ardor cívico, de uma admirável congruência política e intelectual, que o levou ao exílio duas vezes, a primeira por ter aderido à heróica Revolução Constitucionalista de 1932 (ainda hoje difamada por remanescentes de um getulismo sectário), que com a Farroupilha possibilitou talvez os mais genuínos movimentos revolucionários, com repercussão nacional, de nossa história. O amoroso historiador da segunda e de sua patriótica província natal, não poderia, conseqüentemente, ser indiferente à primeira, como não poderia calar-se diante das arbitrariedades do Estado Novo, laboratório de muitas das nossas misérias futuras, que arregimentou contra si espíritos independentes, um dos celeiros dos quais foi a gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo, com sua intemorata reação anti-Vargas.

Foi ele um independente intelectual que se tornou político e essa origem lhe foi marcante. Collor, de início, apoiou a candidatura de Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, mas como esse digno estadista conseguiu ser eleito, considerou que a oposição radical a ele, e que, na verdade, era injusta, não tinha mais razão de ser e publicou em “A Federação”, o famoso artigo “Pela Ordem”, que motivou ficarem contra ele certos segmentos da oficialidade brasileira, o que explica futuras perseguições que viria a sofrer. O tenentismo, movimento da pequena burguesia, cheio de contradições, que enfocamos na obra **Sentimento e Tempo**, jamais perdoou o supramencionado artigo e como registrou Viana Moog, que se aproximou do autor por seu destaque no jornalismo, não desanimou enquanto não ensejou com o empastelamento do “Diário Carioca”, “as condições que tornaram imperativa e inevitável a queda do primeiro Ministro do Trabalho”, homem, acrescente-se, de pensamento e ação que justificam suas palavras finais: “Precisamos agir”.

Um dos livros de Lindolfo Collor que merecem reavaliação é **Europa 1939**, que reuniu fluentes comentários, publicados em jornais, redigidos de janeiro a agosto de 1939, e que detectaram as causas que

levaram à última conflagração mundial. Maurício de Medeiros notou que nele “sente-se o soldado da liberdade”. O valoroso J. E. de Macedo Soares referiu-se ao seu estilo objetivo e correto que vestia o raciocínio exato e lógico, “dando ao que escrevia nos jornais contornos nítidos e inconfundível significação”.

O autor tinha ido ao Velho Continente forçado pela conjuntura política brasileira (por “circunstâncias de todo alheias à minha vontade”, escreve ele, com discrição) e, com olhos de notável observador, respaldado por sólida informação, testemunhou, preocupado, um dos mais inquietantes períodos da história contemporânea, que voltaria a examinar em **Sinais dos Tempos**, sua última produção.

Assistiu a uma sessão do **Reichstag**, na qual transparecia o perigoso sonho da Grande Alemanha, que ameaçava “as democracias da Europa e o mundo” e em que Hitler discursou, com sua oratória fulminante; estudou a vida financeira do **Reich**; analisou, entre outras coisas, percuientemente, a conferência racista de Rosemberg, que atacava a ilegitimidade do Governo de Weimar; censurou o Acordo de Munich, que sacrificou a Tchecoslováquia; foi a uma sessão na Câmara francesa; examinou discurso de Deladier; encarou a situação balcânica; enfocou as posições inglesa e americana; deteve-se na demissão de Litvinov e na perseguição aos judeus por Stalin; viu a comemoração dos Direitos do Homem postos em cheque pela situação política; analisou o papel da Itália (“o leão de Roma ruge em alemão”); denunciou a infiltração naziasta na Bélgica e na Holanda e a tibieza anglo-francesa fazendo, em síntese, um inteligente e ágil retrato do momento histórico, que demonstrava a inevitabilidade da guerra.

Um dos mais significativos capítulos do livro, entretanto, é aquele que aborda o “Pacto Molotov-Ribbentrop”, condenável instrumento de interesses subalternos, “um dos atos de maior cinismo na história do mundo”, diz Collor (p. 298). O hábil diplomata alemão chegou a Moscou, engalanado o aeroporto com bandeiras nazistas e soviéticas. Convinha aos dois governos o acordo, mesmo contrariando seus princípios ideológicos: ao alemão, porque evitava a aliança entre a Inglaterra, a França e a União Soviética, ao mesmo tempo em que celebrava uma falsa amizade com essa e ganhava aprovação para agir livremente com relação à Polônia; ao soviético, porque lhe era abandonada

a sorte dos estados bálticos, que haviam se aproximado da Alemanha, buscando amparo, e que até antes da Grande Guerra (juntamente com a Finlândia, como grão-ducado administrado por um governador geral nomeado pelo czar, que era, também, o grão-duque), integravam a Rússia, que, como observou Collor, “jamais conseguiu absorvê-los” (p. 321).

A Estônia, por exemplo, cuja idioma apresenta afinidade com o finês e o careliano, atacada pela Rússia se entregou à Suécia, em 1561, mas depois da guerra entre Carlos XII e Pedro, o grande, retornou ao império dos czares, em decorrência da paz de Nystadt (1721).

A servidão, abolida nominalmente por volta de 1816, perdurou nela, de fato, até à última metade do século passado. A Lituânia, por sua vez, despedaçada, pertenceu sucessivamente à Polônia e à Rússia. Ambas, e mais a Letônia, com um antigo povo russo-báltico, tornaram-se independentes em 1920, sendo reanexas em 1940 (pondo-se fim ao Conselho Báltico surgido em 1936), com total desprezo por sua autodeterminação e por sua individualidade psico-social. Os movimentos de independência dessas nações eram, pois, perfeitamente compreensíveis, mesmo porque, demagogicamente, a Constituição Soviética, que regulava um típico estado multinacional, reconhecendo serem soberanas as suas repúblicas constitutivas, permitia-lhes a secessão, que pela constituição da Ucrânia (art. 69), mencione-se, podia ser feita sem maiores formalidades.

Disposições federais posteriores vieram a exigir plebiscito, com maioria de 2/3 e pagamento de uma indenização. Em março de 1991 realizou-se o plebiscito, convocando-se colégio eleitoral de 180 milhões de pessoas, das quais 147 milhões compareceram para responder à seguinte pergunta que insinuava a resposta “sim”, vencedora, aliás, por considerável, mas inquietante margem: “Acha você indispensável a manutenção da União das Repúblicas Socialistas-Soviéticas, enquanto Federação renovada de repúblicas soberanas e iguais em direito, na qual serão plenamente garantidos os direitos e as liberdades dos homens de todas as nacionalidades?”.

Não obstante, as repúblicas bálticas proclamaram sua independência que, afinal, veio a ser reconhecida, após a tentativa de golpe dos setores reacionários contra Gorbachev, que estimulou a

declaração de independência de outras repúblicas, tudo levando a crer que a ex-União Soviética (como a Iugoslávia) que era mais criação artificial do que uma unidade política, tende a tornar-se um estado federal peculiar, com traços confederativos, ou mesmo uma comunidade de Estados independentes.

Analista político lúcido e penetrante, as considerações sagazes, oportunas e precisas de Lindolfo Collor, que, ainda podem ser lidas, “com real interesse” (Paulo Brossard), e “que lhe confirmaram os créditos de sociólogo eminente”, nas palavras de Américo Palha, não só explicam os principais acontecimentos de seu tempo, como fornecem elementos para a compreensão e interpretação do mundo que o sucedeu, constantemente em inconstante transformação.

**(Critério e valor: estudos de Direito,
Sociologia Política e Crítica: 33-37.
Rio de Janeiro, Espaço Jurídico, s. d.)**

A CULTURA NO NOROESTE DE MINAS*

Oliveira MELLO

(...)

A cultura do Noroeste de Minas irradiou-se, propriamente, de Paracatu, que foi uma encruzilhada dos que vinham do Nordeste para Goiás e dos que subiam dos campos de Piratininga rumo ao mesmo Goiás. Caminhos cruzando e deixando em Paracatu a raiz de uma nova cultura com uma permanência marcante: a vivência atenta do passado. No século XVIII distinguiu-se nas letras e nas ciências o primeiro puericultor brasileiro, Francisco de Melo Franco. Na poesia e na música teve destaque o padre Domingos Simões da Cunha. Já no século XIX o seu ápice está em Afonso Arinos, filho dessa velha cidade sertaneja. Ele adere ao sertanismo literário, na última década do século XIX, de maneira mais restrita, através do regionalismo. Retira do local uma substância real, decorrente do fundo natural - clima, topografia, flora, fauna, etc. - “elementos que afetam a vida humana na região” e, ainda, “das maneiras peculiares da sociedade humana, estabelecida na região e que a fazem distinta de qualquer outra”. Cria-se, então, a “valorização e idealização do sertão e do tipo sertanejo”, abrindo campo a seus sucessores como: Hugo de Carvalho Ramos, Guimarães Rosa, Bernardo Élis, Mário Palmério e tantos outros, sem mencionar os nordestinos.

É do Noroeste de Minas, através de **Pelo Sertão**, de Afonso Arinos, que surge o autêntico regionalismo literário brasileiro, com “um conjunto de retalhos que arma - todo nacional”. Toda a glória de Afonso Arinos na ficção regionalista vem dos contos **Assombramento**, **Pedro**

(*) De uma palestra pronunciada por ocasião da instalação da Academia de Letras do Noroeste de Minas, aos 18 de outubro de 1997, na Casa de Cultura de Paracatu.

Barqueiro, Joaquim Mirongae outros. É a variedade que se entremostra na unidade, na identidade de espírito, de sentimentos, de língua, de costumes, de religião.” Na sua obra vamos encontrar o Noroeste de Minas das últimas décadas do século passado. Além dos contos e páginas evocativas de **Pelo Sertão**, também na obra póstuma **Histórias e Paisagens**, há muito de sua região natal.

Em **Os Jagunços**, primeiro livro sobre Canudos (Bahia), Afonso Arinos, em sua primeira parte, fez com que a trama se desenvolvesse em sertão mineiro, que bem conhecia e com certa influência proveniente da Bahia. Talvez assim procedeu pelo fato de desconhecer a região baiana onde se dão os acontecimentos.

Depois de Arinos, outro paracatuense a registrar a vida e os costumes desse Noroeste antes de Brasília, foi frei Sebastião da Silva Neiva, o saudoso Marçal de seu Quinquim, nascido em 1899, ali no Quebra-Eixo. A sua literatura já foi dirigida para a juventude e teve início com a novela **Através de Campinas e Matagais**, onde encontramos o sertão da margem esquerda do São Francisco, de Pirapora a Paracatu, infestado de jagunços e cangaceiros. Justamente em 1926. São personagens transfigurados em índio catequizado, em que é demonstrada a solidão e o desprovemento de tudo. Na sua obra ele se torna voz do homem do Brasil subnutrido que, apesar de tudo é o braço forte do Brasil inóspito: o sertanejo. Além de retratar a paisagem, ainda povoa as páginas de seus livros com a riqueza do nosso folclore. E ele continua a explorar a mesma temática em sua coleção de 10 volumes intitulada **Nossos contos sertanejos**.

É também o Noroeste de Minas, já na metade desse século, que contribui para a obra regionalista de Guimarães Rosa, o criador de uma nova língua literária brasileira. O Noroeste de Campinas contribuiu para que Guimarães Rosa arquitetasse, em forma e estilo, uma configuração em relação aos personagens. Em **Grande Sertão: Veredas**, sobremaneira, encontra-se grande parte do Noroeste de Minas, desde as regiões de São Gonçalo do Abaeté até ao sempre decantado Urucuaia, através da “observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e o nome da coisa, a capacidade de entrar na psicologia do rústico”.

Ainda é o Noroeste de Minas, menos rústico, mais urbanizado, que inspira Mário Palmério a escrever **Vila dos Confins**, com

características regionalistas importantes, retratando um mundo físico menos primitivo que o de Arinos, de Frei Neiva e de Rosa, e marcante pelos costumes políticos, na realidade, o substrato de suas estruturas. Depois, brinda-nos com **Chapadão do Bugre**, com as mesmas características dialetais de linguagem, com os mesmos objetivos da observação de costumes políticos, apresentando-nos tipos vinculados à política municipal: o coronel latifundiário, os capangas assalariados e ainda a representação do poder do Estado nas pequenas cidades interioranas.

Por fim, o Noroeste de Minas está registrado no romance **Urucuia**, de Napoleão Valadares, nascido na cidade de Arinos, (topônimo que homenageia o autor de **Pelo Sertão**) antiga Barra da Vaca, à margem esquerda do rio Urucuia. Napoleão Valadares, segundo Esmerino Magalhães Júnior, “faz com que a vida flua como troncos, folhas ou corpos mortos boiando nas águas do Urucuia. Aqui há segredos que sempre continuarão secretos e distintos que se destinam a nunca cruzar. E as pequenas misérias dos pequenos homens miseráveis que nos fazem pousar sobre a grande miséria universal.”

É o Noroeste de Minas que deixa de ser uma região para se transformar em universo na literatura arrancada do seu regional que também serviu para estudo histórico de Bernardo Novais da Mata Machado, ao defender a tese **História do Sertão do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Nessa obra ele procura valorizar a “figura do sertanejo e de seu pequeno-grande mundo”. O autor “pretende mostrar que a história de Minas não se resume ao seu centro geopolítico minerador”. Assim, além das “minas, existiram os **gerais**”. E foram os **gerais** que inspiraram páginas de grande riqueza e beleza literárias. Os **gerais** sempre inspiradores do Noroeste de Minas, que se transformavam na beleza universal registrada pela arte literária de um Afonso Arinos, de um Guimarães Rosa, de um frei Silva Neiva, de um Mário Palmério e de um Napoleão Valadares. Cada um no seu tempo, mas dentro de um mesmo espaço: o Noroeste de Minas.

É bem verdade que o sertão de ontem se avançou pelo asfalto, pelas selvas de cimento, onde se configuram crimes tremendos, hediondos, revoltantes, apesar da divulgação das leis e dos direitos humanos. Não são as audácias dos cangaceiros do então sertão

abandonado, sem lei nem grei, desprovido de estradas, de qualquer meio de comunicação que se tornaram motivos literários.

O desenvolvimento cultural do Noroeste de Minas, não há de se negar, viria através dos homens que se dedicaram à cultura em Paracatu, desde o século XVIII. O padre Francisco Rebordões, com suas “aulas de gramática latina”, em 1770. A ele sucede o padre João Gaspar Esteve Rodrigues, tão autoridade e conhecedor de letras e filosofia, como seu antecessor. Tal a seriedade e a qualidade do ensino ministrado em Paracatu, que Joaquim Antônio Soares de Sousa, pai do Visconde do Uruguai, ensinou a língua latina em Paris, apreendida na obscura vila mineira, a fim de custear seus estudos de medicina.

Além das escolas que foram surgindo no tempo, vieram a música, o teatro, desde 1780. Emerge a figura do padre Domingos Simões da Cunha, a quem já nos referimos, que sempre viveu na terra natal. Poeta satírico considerado poeta menos da **Poesia do Ouro** da literatura brasileira. Foi também teatrólogo e músico. A imprensa passa a ter destaque a partir de fevereiro de 1883, com a edição de seu primeiro jornal, **O Luzeiro**. Surgem, com ele, os autênticos bandeirantes da imprensa nesse agreste e solitário Noroeste de Minas: seu fundador, Júlio César de Melo Franco e seus redatores: Júlio Roquete, Ricardo Serafim da Costa Porto, padre José de Araújo Pereira, Eduardo Pimentel e Vítor de Paula. E outros jornais vão sendo editados. O desenvolvimento intelectual é mais incentivado com a atuação Escola Normal, fundada em 1880. Novos valores nascem, com o tempo, nos mais diversos campos culturais em Paracatu, símbolo maior da região.

Como deixar de, em momento tão significativo para as nossas letras, deixar de lembrar os nomes dos já falecidos Alonso Garcia Adjuto, Carlos Campos, Firmina Santana, Maria Conceição Adjuto Botelho e seus filhos Pero, Branca e Beatriz, Maria José Carneiro Ulhôa, Virgílio Martins de Melo Franco e seus filhos Afonso Arinos e Afrânio, frei Silva Neiva, Pedro Salazar e seu filho Gastão, os irmãos Alceu e Gastão de Deus Victor Rodrigues, Olímpio Gonzaga, Agenor Torres, D. Eliseu van de Weijer, Franklin Botelho, Alírio Carneiro, Geraldo Serrano Neves, José Henrique Barata, Cecílio José Carneiro, Antônio Ribeiro Júnior e Frei Pio Baars. Os vivos estão aqui presentes, através da Academia.

Estariam todos os vivos, desta região, com livros publicados compondo os quadros dessa Academia? Por ventura não faltam Wanda Costa Noronha com **Paracatu: delícias da Casa Grande**; Eduardo Conceição de Oliveira com suas **Verdades**; Samuel Ferreira vivendo **Amargas lembranças**; Irmã Virgínia Martinu com seu **Diário de viagem**; Adriana Demetti mostrando-nos **A Revolução dos Sapatos**; Biancart José Monteiro com sua **Carga pesada**; Joaquim B. Barbosa Gomes, lá em Paris, defende a sua tese **La Cour Supreme dans le Système Politique Brésilien**; Sebastião Virgílio Bijos, com suas **Cantigas de Outono**; Antônio Caetano de Souza, com **Epílogos**; Irene Rodrigues Barbosa poetando em **Mundo Interior**; Sirgisberto Queiroga admirando os **Casados e Felizes** e outros e Lázaro Barbosa fazendo sua **Justificativa**.

Mas o Noroeste, em nossos tempos, não pode ficar preso apenas aos nomes de Paracatu. Assim como novas comunidades passaram a existir, delas também nos vêm novos cultores das letras.

Lá de Formoso, no extremo norte desse território, confrontando com Goiás e a Bahia, vem Francisco da Paz Mendes de Sousa, que literariamente assina Xiko Mendes, defendendo a preservação do Noroeste de Minas e dando a lume **O mito da interiorização através de Brasília**. De Buritis temos Oscar Reis Durães registrando as **Raízes e culturas de Buritis no Sertão Urucuiano**; de Unai, vem a juventude vivida de Maria Torres Gonçalves em sua **Saga, Hunay de ontem e Unai de hoje** e em **Busca de lembranças**, e a experiência de Altir de Souza Mais com seu **Curso de Direito Agrário**; de Vazante, Marciano Borges de Mello nos traz **A testemunha da acusação** e **O padre e o burrinho pedrês**, Alyrio Alves Rosa vem com **O canto do contador**, enquanto Teresinha Machado Guimarães Caixeta **Conta, canta, ri e espanta**. De João Pinheiro temos **Meus pedaços de vida**, de Carmelita Rocha. Já Presidente Olegário tem Geraldo Marra com o seu **Perau das andorinhas** e Márcia C. Silveira cantando seus **Poemas rasuras**. São Gonçalo do Abaeté nos apresenta Maura Lopes Cançado mostrando que o **Hospício é Deus** e **O sofredor de ver**, Monsenhor João de Almeida Matos falando dos seus **60 anos de batina: sacerdote e cidadão** e José da Silva Brandão historiando **São Gonçalo e sua gente**. Brasilândia de Minas, um dos mais novos municípios do Noroeste, através de Maria Morais, leva as suas crianças a conhecer as origens e o desenvolvimento do

município em sua geografia, sua história, sua economia e sua cultura em **Brasilândia: meu Pé de Serra** e depois publica **Brasilândia de Minas, sua história e sua gente**.

No limiar dos duzentos da criação da Vila de Paracatu do Príncipe, ela quis ter uma Academia de Letras. E quis que essa Academia não se limitasse do território e domínio político de sua sede. Por isso teria que ser **Academia de Letras do Noroeste de Minas**. Como Paracatu, desde o início foi a cabeça cultural da região, assim, sua entidade literária máxima teria que se estender a todo o antigo território, hoje formando a Mesorregião do Noroeste de Minas.

(...)

A **Academia de Letras do Noroeste de Minas**, inspirada na Brasileira, e esta na da França, é instalada com o objetivo maior da cultura da língua e da literatura em nossa área de influência. O primeiro trabalho para sua criação aconteceu em 25 de julho de 1996, sob coordenação da então diretora da Casa da Cultura de Paracatu, senhora Cláudia Sant'Ana Martins de Oliveira e apoio integral do ex-prefeito Manoel Borges de Oliveira. Foi no **Dia do Escritor**. Além de escritores de Paracatu, ela reuniu os de Unaí, de Vazante e Assunção (Paraguai). Foi tal o entusiasmo que, em reuniões subseqüentes, estiveram presentes outros escritores ligados ao Noroeste de Minas residentes em Brasília, Belo Horizonte, Uberlândia e Anápolis. A partir de então, elegeu-se uma diretoria provisória que passou a cuidar dos seus estatutos e da estruturação jurídica da entidade para que, solenemente, pudesse ser concretizada a sua instalação neste memorável 18 de outubro de 1997.

A **Academia** não é uma entidade distribuidora de títulos. Ela é muito mais. É atividade. Sua filosofia não é apenas de doutrinação, mas de ação. Ela veio para elevar o índice cultural de toda uma região por ela abrangida. E isto que está acontecendo dentro do contexto literário de Minas Gerais, é graças à visão e dinamismo de um Marciano Borges de Melo, de um Xiko Mendes, de um Ildeu Pereira da Silva, de um Sérgio Ulhôa Dani, de uma Teresinha de Jesus Neiva Miranda, de uma Benedita Gouveia Damasceno, de uma Teresinha Machado Guimarães Caixeta, de uma Carmen Brochado Costa, de uma Zenóbia Vilela Loureiro, de uma Maria Torres Gonçalves, de um Altir de Souza Maia, de um Eugênio Santana, de um Álvaro Álvares da Silva Campos,

de um Leonardo Miranda Pereira, de um Alfonso Pastore, de um Lavoisler Wagner Albernaz, de um Oscar Reis Durães, de um Fernando Santana Rubinger, de um Antônio de Oliveira Mello, de um José Adjuto Filho, de uma Maria José Gonçalves Santos, de uma Coracy da Silva Neiva Batista, de uma Dália Maria Neiva Moreira Sales, de um Florival de Assis Ferreira, de um João Fonteles Calmon. Homens que se unem num mesmo ideal e compõem a entidade que hoje se instala, para orgulho não apenas nosso, mas de toda a cultura mineira contemporânea.

(...)

A noite parece ter sido crisada para nos levar à reflexão. E aqui estamos numa noite de gala, refletindo sobre o tempo, a importância da imortalidade através de feitos brilhantes. E há fatos por demais substanciosos que não cabem num instante de reflexão, na exigüidade de um tempo breve e cronometrado. E este é um deles. Nesse momento em que todo o Noroeste de Minas se torna, culturalmente, de vez, voltado para o município-mãe de todo esse território, justamente coincidindo com a abertura dos festejos do bicentenário da criação do município de Paracatu. Espero que esta Academia, da mesma forma, solenemente reunida, esteja em 18 de dezembro de 1999, encerrando com gala e alegria as comemorações do real bicentenário deste mui gloriosa Vila da Manga de Santo Antônio, São Luís e Sant'Ana do Paracatu do Príncipe, a primeira e única, por mais de um século, incrustada neste então solitário território do Noroeste de Minas.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES AMBIENTE E FISIONOMIA DO PASQUIM*

Nelson Werneck SODRÉ

A técnica da imprensa, ainda nos primeiros passos no Brasil, no período que se sucedeu à Independência, deu fisionomia material característica ao pasquim. Formato in-4º, quatro folhas em regra, era vendido a 40 rs., aumentados para 80 quando dobrava o tamanho da folha. Comprava-se, ou por subscrição, ou em tipografias e lojas indicadas. Não havia venda avulsa. O título se referia, em regra, a acontecimentos, pessoas ou coisas de interesse notório, no momento, quando não, sob outra capa, guardava alusão a isso. Não trazia o pasquim, habitualmente, o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos, e para a identificação recorremos a indicações de depoimentos da época, nem sempre precisos. Guardava-se um rigoroso anonimato.

Via de regra, um só artigo ocupava todo o espaço do jornalzinho. Quando havia necessidade de completá-lo, recorria-se ao que era denominado, no tempo, "Correspondência", espécie de vala comum onde, a título de contribuição externa, extravasava-se a linguagem e a expressão mais torpe. Não houve pasquim que não ssaie sob o índice de uma epígrafe curiosa, anunciadora de seus propósitos, de seu programa,

(*) Ensaísta e historiador dos mais renomados nos quadros da historiografia brasileira, Nelson Werneck Sodré, há pouco falecido, deixou obra numerosa, abrangendo temas de interesse para a história política, social e econômica, e também de literatura e cultura em geral. A história e o papel da imprensa no Brasil sempre estiveram entre as suas preocupações. O que se transcreve, nesta seção, em homenagem ao autor, que sempre se mostrou muito amigo desta publicação, foi originalmente publicado em a "Folha da Manhã", de São Paulo, nos dias 29 de dezembro de 1946 e 26 de janeiro de 1947.

ou do motivo a que estava ligado. Tirava-se da epígrafe, na maior parte das vezes em versos, ou da obra de autores conhecidos, entre eles Camões, ou de discursos, conferências, trabalhos políticos, ou da própria Constituição, depois de 1824.

A lei obrigava que se mencionasse a oficina onde era impresso o pasquim. Houve exceções, embora a regra fosse de obediência ao preceito. Através de tal indicação verifica-se não só a tendência do pasquim, como as dificuldades de impressão, no tempo. Eram poucas as oficinas tipográficas. Até quase as vésperas da Independência, somente a antiga Imprensa Régia, depois Nacional, tinha recursos para compor um jornal qualquer. Parece que, com o advento da liberdade de expressão, com o ato de 28 de agosto de 1821, e com a confusão política inerente à impreparação geral do país para competições partidárias, numa fase de transição brusca, em que os defeitos da estrutura colonial se manifestariam com rigor, houve perspectivas convidativas para o negócio de impressão, pois logo apareceram algumas oficinas. Todo grupo político, para não falar em partido, necessitava de um órgão de expressão e, para lançá-lo, de oficina correspondente, de vez que, nesse período não havia atividade isenta de influência partidária, levada quase sempre a limites extremos. Havia, em 1827, no Rio de Janeiro, doze ou treze jornais. Outros querem que esse número se refira ao Brasil todo, sendo de oito o número das folhas fluminenses, como então se dizia. Já em 1830, tais números subiam para o total de 54, no Império, com 16 na Corte.

Uma das primeiras revistas nacionais, "O Beija-Flor", publicou um curioso balanço do movimento da imprensa entre nós, no último ano referido. Reputava-a desenvolvida, sendo que "mais de 200 diretores, compositores, impressores e distribuidores eram empregados e sustentados pelas 54 publicações periódicas existentes, além das profissões anexas, também interessadas no jornalismo, tais como a de livreiros encadernadores". O capital empregado na imprensa alcançaria, segundo essa fonte de informação, os duzentos contos. Note-se a ligação estabelecida entre a atividade dos livreiros e a da imprensa, na época em que não havia venda de jornais na rua, fazendo-se esta ou nas lojas daqueles ou em tipografias, ou por subscrição, conforme foi dito anteriormente.

A rigor, condicionando a classificação ao que se entende, em regra, por imprensa periódica, o pasquim não poderia ser mencionado

como ligado a tal atividade. Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias fixados de antemão. Havia mesmo exemplo em que se anunciava o aparecimento para quando fosse possível, enquanto houvesse verba, mediante aviso posterior. A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. A quase totalidade teve vida efêmera, saída irregular e até orientação flutuante. Uma mesma orientação transitou por vários pasquins, que apareciam sucessivamente com nomes diversos, embora se tenha conseguido identificar a origem, estabelecendo os laços que os ligavam, tornando-os como que uma só publicação. Um dos meios melhores de identificação, nesse sentido, consistiu na fixação da oficina onde eram impressos. A origem da impressão dava o sinete da tendência sob a qual o pasquim viveria os seus poucos dias. Não é possível, pois, deixar de enquadrar como imprensa periódica esse produto específico do meio brasileiro, naquela época tumultuosa. Suas características obrigam a um forçamento de classificação, aceitando aquilo que foi característica da imprensa brasileira nesses seus primeiros anos.

Outro aspecto sob o qual, a rigor, também se deixaria de lado o pasquim, na apreciação do periodismo nacional, foi aquele que o tornou produto de uma só pessoa. Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interesses seus ou interesses de terceiros, adotando orientação própria ou obedecendo àquela que lhe era imposta pelos seus mandantes, escrevia o jornal inteiro. Jornal de um só assunto, sempre, e de artigo único, quase sempre. Mais do que jornal, muitas vezes mera folha colante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento, o tema, a pessoa, o acontecimento do instante que passava, muitas vezes o motivo inspirador do pasquim, a fonte donde lhe provinha a força, para apoiar ou contraditar. A confusão, própria daquela fase curiosa, entre o panfleto e o pasquim, chegou aos nossos dias, embaraçando classificações e exames. Nas relações que já se fizeram, dos jornais antigos, essa semelhança curiosa deu margem a dúvidas, a omissões propositadas. A imprensa surgia como uma força embrionária, não discriminando finalidades nem meios ainda. Assim a circular, o pasquim, o jornal, o panfleto, o opúsculo, confundiam-se, trabalhavam no mesmo plano, obedeciam às mesmas injunções. Suas finalidades contribuíam para aparentá-los. Só o tempo concederia à imprensa a capacidade de discriminação necessária, repartindo campos de ação e dando fisionomia própria a cada um desses produtos impressos.

A regra, na época, entretanto, era a do jornal de um só assunto, feito, de fio a pavio, por uma só pessoa, escrito por um só jornalista ou foliculário, quando não confundindo, na mesma personagem, o impressor e o escritor, caso que não foi raro, de vez que o impressor era também um interessado, um partidário, não apenas um profissional.

O anonimato costumeiro do pasquim, algumas vezes desvendado, ou pela linguagem, ou pela orientação, ou por dados mencionados no próprio texto, ou pelo depoimento de adversários e contemporâneos, era, também, disfarçado nos pseudônimos. Pseudônimos e apelidos que assinalaram a linguagem do pasquim como própria, muitas vezes intraduzível ou só entendida depois de cuidadosas pesquisas, tal a soma de nomes especiais, de referências indiretas e encobertas, de alusões veladas. Para o tempo, para o público da época, conhecedor daquela nomenclatura curiosa, em que coisas e personagens mudavam de apelido, o entendimento era fácil. Para aquele que, um século depois, acompanha, nas folhas amareladas, essa fúria desencadeada, as ilações são difíceis, por vezes, e a linguagem áspera e confusa. Quase sempre, no desabrimento peculiar da época, foi dito tudo com as letras exatas, com os termos próprios, quando se tratava da difamação, mas as referências se veladas, também, em diversos episódios, as acusações se esconderam em frases ambíguas. As personalidades políticas não foram, habitualmente, marcadas pelo título ou pelo nome, mas por apelidos chistosos ou difamatórios, alguns verdadeiramente torpes. E os pseudônimos traduziam sempre uma intenção patriótica, um interesse público, que só existia, na verdade, na imaginação de quem os usava. A lista desses pseudônimos, entretanto, é curiosa e marca uma tendência.

O confronto entre o acontecimento do dia e a linguagem do pasquim estabelece, via de regra, as ligações mais interessantes, aquelas que servem melhor à sua interpretação. Tais acontecimentos, que interessavam de perto os grupos partidários, e a pequena imprensa que os servia, explodiam, quase subitamente, algumas vezes denunciados pelos adversários de seus autores, mas habitualmente só conhecidos depois do fato consumado. Eles davam, então, não só a coloração própria ao pasquim, como influíam no seu título, na linguagem empregada, nas referências veladas, no uso dos apelidos, na transparência dos pseudônimos. Nunca, certamente, a imprensa viveu tão de perto os

acontecimentos. Essa a grande virtude do pasquim, para o estudioso dessa fase.

O ambiente do Rio de Janeiro, na época em que surgiram os pasquins, explica, de maneira concludente, a fisionomia áspera assumida pela pequena imprensa, comprovando como suas características derivavam diretamente das condições do meio. Uma estatística do tempo, publicada num órgão de Recife, assinalava que, na Corte, entre o sete de abril e trinta de maio, haviam sido presos, por desordem e pancadaria, 108 homens livres e 50 escravos; foram apreendidos armas a 102 pessoas; ocorreram oito assassinios, apareceram 5 cadáveres e registraram-se 27 ferimentos graves e 29 leves. Tais índices “eram bastante sintomáticos”, frisa o sr. Hélio Viana, que os transcreve na sua **Contribuição à História da Imprensa Brasileira**. Essa agitação era extensiva a todo o país, e motins sucessivos perturbavam a vida das cidades e do interior, em várias províncias. Em todos esses focos de turbulência e de desatino político, o pasquim fez a sua aparição e desempenhou o seu papel.

Na abertura da primeira sessão da segunda legislatura do Império, em 3 de maio de 1830, um ano antes do 7 de abril, pois, d. Pedro reclamava, na sua “Fala”, dos representantes ali reunidos, atenção para a imprensa a época, reclamando a necessidade de “reprimir por meios legais o abuso que continua a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Império”. “Semelhante abuso” - acrescentava - “ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evitá-los”. Armitage depõe, a respeito, nos seguintes termos: “Os jornais ministeriais eram pelo menos tão repreensivos como os seus antagonistas; costumavam advogar não só doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como lançar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição”. Moreira de Azevedo afirmou que o ambiente explicava “a aparição desses periódicos veementes, insultosos, lembrando represálas, excitando o patriotismo e tratando de aumentar o ardor, a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança à política do país”. Acrescentaria, com mais minudência, situando o período posterior ao 7 de abril: “tornou-se o estilo da imprensa periódica insultoso e desonesto; a crítica ferina e sátira mordente nada respeitavam, nem o nascimento, nem a posição, nem a hierarquia, nem a modéstia, nem a virtude; o jornalismo aberrou de sua instituição, esqueceu seus deveres e transformou-se em pelourinho,

onde se expunha à zombaria da multidão a reputação e a vida particulares, o que havia de mais sério e grave; a honra, o pundonor, a dignidade, o mérito, tudo foi sacrificado ao furor, ao desespero dos partidos políticos". Evaristo da Veiga confessava que "a maior parte dos jornais que possuímos (e nesta parte também nos confessamos culpados e arrastados pela força da torrente) mais invectivam do que argumentam". Um viajante ilustre, o inglês Bunbury, esclarecia que: "A liberdade da imprensa é garantida pela Constituição e, praticamente, é apenas cerceada pela liberdade da faca, a qual (apesar de não ser reconhecida pela Constituição), existe, assim mesmo, de maneira muito considerável". Mas foi o cônego J.C. Fernandes Pinheiro quem disse as palavras mais acertadas a respeito desse quadro: "Era própria da época essa virulenta linguagem".

Era, sem dúvida, um mal do tempo, mais do que um mal da imprensa. Evaristo mesmo se confessava arrastado pela torrente e, na verdade não foram poucas as vezes em que a "Aurora Fluminense" se desmandou. O pasquim de 1833 "Grito dos Oprimidos" apresentava o seguinte quadro da agitação que varria o país: "Fala-se que no Ceará se ateia novamente a guerra, porque o presidente mandou processar e prender os sectários de Pinto Madeira que o honrado Labatut, em nome da Exma. Regência, anistiou para poupar o sangue brasileiro; que em Pernambuco está iminente a guerra civil; que nas Alagoas correm rios de sangue; que na Bahia, Espírito Santo, Rio Grande e São Paulo tem sido perturbado o sossego público, e que em Goiás até se chegou a metralhar o povo dentro da igreja e de tudo se faz um mistério para o povo!". Ainda que nesse quadro haja exageros e falsidades, há nele um sinal do tempo, a ansiedade ante a turbulência. Se não foi verdadeiro, foi, pelo menos, plausível e verossímil.

Foram, entretanto, os males do meio e do tempo, agravados e alastrados, traduzidos na violência como norma e na injúria como moeda corrente, as causas da fisionomia apresentada pelo pasquim. Tal fisionomia uniformizou a todos, os que faziam oposição e os que defendiam o governo. Atacavam e defendiam com igual fúria, com a torpeza levada ao nível de processo, com a falsidade conduzida como instrumento de luta, com o insulto estabelecido como meio de ação. Tudo era imediato e rápido: o acontecimento, sua preparação, seus

efeitos. Na sombra, tramavam-se os golpes políticos mais curiosos e inéditos. Reunidos em chácaras, como a Floresta, em casas retiradas, por vezes em lugares do interior, os políticos estabeleciam condições de combate e termos de transformação administrativa. Contra tais normas e prevenindo tais alterações, os órgãos da oposição, aqueles que, vigilantes, pressentiam o advento de alguma coisa ameaçadora, explodiam na injúria, inventando aquilo que não podiam conhecer e antecipando eventos que, por vezes, não tinham mesmo sido previstos ou resolvidos.

Todas as inquietações geradas em três séculos de domínio colonial, sob a rígida estrutura da grande propriedade, deflagravam na fase de transformação em que se esboçariam os traços fundamentais de um regime novo, para a nova situação, a de autonomia. No fundo da dilacerante luta da burguesia em ascensão contra a inércia do domínio rural traduzia-se no jacobinismo, transformando o comerciante luso em bode expiatório, propício a todos os golpes, em que se misturava, com a condição nacional, propositadamente, a condição de classe, como já se vinha misturando, inconscientemente, em relação ao africano e seus descendentes, a condição de côr com a de posição social.

Entre os pasquins da época, aliás, muitos denunciavam, até pelos títulos, "O Crioulo", "O Crioulinho", "O Mulato", "O Cabrito", "O Homem de Côr", a luta de classes, submetida ao ródulo do choque entre uma raça e outra. Mas os elementos todos, aqueles que deviam levantar-se em busca de melhor posição, e que a conquistariam logo, como os ligados ao comércio urbano, os que se revelavam contra as imposições implacáveis do meio, e que vinham mais de baixo, na escala social, o ex-escravo, o artífice, o trabalhador urbano, os que lutavam pela manutenção dos privilégios tradicionais, em defesa de sua preeminência social, política e econômica, como os senhores da terra - todos eles não haviam encontrado ainda o instrumento adequado de luta, a finalidade segura de seu ímpeto. Eram vozes desconexas e desarmoniosas, bradando em altos termos e combatendo, desatinadamente, pelo poder, que lhes assegurasse normas de existência compatíveis com a ambição ou a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo, a norma política compatível com os seus anseios, derivavam todos para a vala comum da injúria, da difamação, do insulto organizado. Não podiam fazer uso de outro

processo, porque não o conheciam, não estavam em condições de manejá-lo. Num meio em que a educação, na sua forma mais elementar, o ensino, estava pouquíssimo difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas, e em que aqueles que haviam conseguido freqüentar escolas superiores se deliciavam num estéril formalismo e no abuso de uma eloqüência feita de palavras, a única linguagem compreensível a todos era mesmo a da injúria. A paixão dos interesses em contraste fornecia o impulso que deflagraria as tempestades sucessivas.

Os problemas em foco, por menos interessantes, na verdade, no que dissesse respeito à sorte do país, mas que afetassem as personalidades em jogo, e a posição dos grupos políticos em luta pelo poder, para cuja posse tramavam todos os golpes e empregavam todos os processos, despertavam desusada atenção e acarretavam o aparecimento de dezenas de pasquins, nos quais desaguava, segundo os costumes da época, o ímpeto tremendo dos interesses em jogo. Das vésperas do sete de abril ao ano posterior à tentativa dos moderados de empolgar a direção da coisa pública, portanto entre 1831 e 1833, o número de jornais aparecidos foi enorme. Todos subordinado, entretanto, ao denominador comum que daria ao pasquim, entre nós, uma fisionomia peculiar. Fisionomia na qual espelhou, com exatidão, o meio e a época.

MEMÓRIA CAMPINEIRA

O MONUMENTO A CARLOS GOMES NAS “ESTÓRIAS” DO POVO

Júlio MARIANO

Tendo falecido a 16 de setembro de 1896, em Belém do Pará, o Maestro Antônio Carlos Gomes, Campinas, sua cidade natal, não se limitou a pranteá-lo; rogou também que lhe fosse entregue o seu corpo, para que, como preciosa relíquia, pudesse ser reverenciado pela gente campineira. A pretensão, considerada justa, não deixou de ser atendida. Assim foi que a 24 de outubro daquele ano recebia Campinas o corpo de seu ilustre filho, que na falta de uma sepultura apropriada no então novo Cemitério da Saudade, foi recolhido provisoriamente no jazigo perpétuo da família Ferreira Penteado, com o consentimento do membro daquela família, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibatinga.

Após isto, nove anos se escoaram no tempo antes que no bronze e na pedra de um monumento-túmulo, erguido na pequena praça Antônio Pompeu, se perpetuasse a homenagem de Campinas ao seu filho ilustre. A escolha do local para o monumento fora feita pelo próprio Rodolfo Bernadelli, o artista que esculpiu a majestosa estátua.

Isso é o que afirmam os cronistas e consta em inúmeros escritos.

No entanto, nas estórias do povo, da gente simples e sem alfabeto, de dantes, chegadas até nós por via da tradição oral, os fatos relacionados com o monumento são narrados de modo diferente. A primeira estória que ouvimos em nossa distante meninice e de pessoas

já entradas em anos, contava que a escolha do local, para o citado monumento, se fizera de conformidade com as vontades do próprio Maestro, que, embora morto e sepultado no Cemitério do Fundão, ali costumava ser entrevistado com a sua vasta cabeleira ondulando ao vento em horas mortas da noite... Segundo os narradores, aquele pedaço de chão do Largo da Matriz Velha era particularmente saudosos a Carlos Gomes, porque, quando moço, ali fez muitas serenatas juntamente com o mano Juca, e daí a razão das constantes visitas de seu espírito ao local...

Estória de assombração, ela se junta a esta outra, que recolhemos posteriormente de pessoa octogenária:

Sepultado que fora o corpo de Carlos Gomes no jazigo dos Ferreira Penteado, houve quem com o fato não concordasse, talvez porque não fora consultado: tratava-se justamente do finado Joaquim Ferreira Penteado, progenitor do Barão de Ibitinga e ali sepultado desde o ano de 1884. Esbravejando e demonstrando de modo violento a sua oposição à partilha do jazigo com um defunto estranho à família, o velho Joaquim Ferreira Penteado, brandindo o seu espadagão de oficial da Guarda Nacional e Comendador da Ordem Imperial da Rosa, de quando em vez atropelava do jazigo Carlos Gomes, que, de lá do Cemitério do Fundão vinha parar no Largo da Matriz Velha...

A provável origem dessa lenda folclórica deve ser a propalada braveza dos Ferreira Penteado, que na boca do povo se tornou tradicional, a ponto dos Joaquins da família serem geral e respeitadamente chamados de “Nhô Quim Bravo”. Aliás, em se demorando os olhos na estampa do venerando e benemérito Joaquim Ferreira Penteado, Barão de Itatiba, que ilustra o valioso trabalho do historiador Teodoro de Souza Campos Júnior na **Monografia histórica de Campinas**, chega-se à conclusão de que, autêntico “homem bom” e filantrópico da velha Campinas, Ferreira Penteado, pela carranca, não seria de facilitar intimidades com quem quer que fosse, até mesmo no túmulo. Por outro lado, também não deixa de ser verdade o provérbio quando diz que quem vê cara não vê coração...

(Badulaques, 63-64. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

(Bunbury)

O governo do Brasil é, na forma, uma monarquia constitucional. Não sei por quem foi redigida a Constituição, mas é suficientemente liberal e deve-se admitir que, geralmente falando, é um sistema bem abstrato de governo, estabelecido de acordo com as teorias mais aceitas, com amplas disposições para salvaguardar a liberdade dos súditos e impedir os abusos do poder executivo. Parece, porém, ter sido elaborada para uma sociedade em estado de cultura muito mais adiantada do que aquela que atualmente existe no Brasil. A aplicação de um sistema delicado e aperfeiçoado de ataques e contra-ataques políticos num país, onde a população é tão espalhada, as comunicações tão difíceis, a educação tão deficiente, e onde os homens de mentalidade esclarecida e ativa são tão raramente encontrados em qualquer classe social, é, mais ou menos, como “cortar blocos de pedra com uma navalha”. O instrumento é delicado demais para o fim a que vai ser aplicado e para as mãos que vão usá-los...

Em alguma época futura, talvez, a constituição brasileira possa dar bom resultado: atualmente o seu efeito prático é deixar o país mais ou menos sem governo, para qualquer fim útil. Uma constituição, por melhor que pareça, escrita no papel, não se executa por si; requer

uma certa parcela de ilustração, energia e espírito de patriotismo em alguma classe (pelo menos) do povo para dar bom resultado.

Bunbury, Charles James Fox - **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais**, p. 37. Trad. Helena Garcia de Sousa, Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981. Col. "Reconquista do Brasil", nova série, v. 31).

*

BULA PAPAL CONTRA A RAINHA ISABEL DA INGLATERRA (PIO V)

Aquele que reina nas alturas, a quem foi dado todo o poder na terra e nos céus, confiou o governo da única Santa, Católica e Apostólica Igreja (fora da qual não há salvação) a um único homem sobre a terra, a saber a Pedro, o chefe dos Apóstolos e ao sucessor de Pedro, o Pontífice Romano, em plenitude de poder. A este único homem ele estabeleceu como chefe sobre todas as nações e todos os reinos para arrancar, destruir, dispersar, dispor, plantar e construir (...)

§ 3 (...) apoiados, portanto, sobre a autoridade daquele que nos quis colocar (embora incapazes de tal peso) neste supremo trono de justiça, declaramos a predita Isabel como herege e protetora de hereges, e declaramos que os que a seguem nas matérias que mencionamos incorreram na sentença do anátema e que sejam cortados da unidade do corpo de Cristo.

§ 4. Declaramos, além disto, que ela está privada de seu pretendido direito sobre o reino predito, e de todo domínio, dignidade e privilégio, qualquer que seja.

§ 5. E os nobres, súditos e povos do dito reino, e todos os outros que tomaram um juramento de qualquer espécie para com ela,

declaramos absolvidos para sempre de tal juramento e de todos os deveres de domínio, fidelidade e obediência, e pela autoridade da presente nós os absolvemos. E privamos a dita Isabel de seu pretendido direito sobre o reino e sobre todas as coisas preditas, e obrigamos e proibimos todos os nobres, etc... que não presumam obedecer a ela e a suas admoestações, mandamentos e leis. Todos os que desobedecerem a nosso mandamento envolvemos na mesma sentença de anátema.

(Bettenson, Henry - **Documentos da Igreja Cristã**, pp. 276/7. Trad. de Helmuth Alfredo Simon. São Paulo, Aste, 1967).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ROBERT SOUTHEY (1774-1834)

Depois de Armitage, o “vulto” do número anterior, cremos que nenhum historiador mais indicado que Southey, já indicado por Armitage quando escreveu na página de rosto de seu livro que ele seria como que uma continuação da obra de seu compatriota que se referia apenas ao período anterior à transferência da Corte para o Brasil. “Continuação”, como já deixamos claro, apenas circunstancial, melhor dizendo, cronológica.

A obra de Southey, **History of Brazil**, publicada em 1820, só foi traduzida para a nossa língua em 1862, o que vale dizer quase meio século depois de editada em Londres. Mas, dado o relativo conhecimento da língua inglesa entre nós, ela pôde ser lida, estudada, criticada e... aproveitada por muita gente, que dela fez como que um modelo para a historiografia brasileira até época relativamente recente. O que já não aconteceu, por exemplo, com a valiosa obra de Handelmann, que teve pouca divulgação no Brasil, dado o pouco conhecimento entre nós da língua alemã.

Natural de Bristol, onde nasceu a 12 de agosto de 1774, vinculou seu nome à história da literatura de seu país como poeta, ensaísta e biógrafo, tendo, nesta última atividade, publicado as “vidas” do Almirante Nelson e de João Wesley, o grande reformador, fundador do Metodismo.

Visitou Portugal em 1800, demonstrando grande interesse pela história e pela literatura desse país. Interessou-se ainda mais, pelo Brasil e após tomar conhecimento de preciosas fontes existentes nos arquivos portugueses e estimulado por um seu tio, residente em Lisboa,

dispôs-se a escrever a obra que o vinculou definitivamente ao Brasil, revelando, por parte de seu autor, ampla visão de nossa evolução histórica, o que é tanto mais de se admirar quando se considera a circunstância de nunca ter estado no Brasil. Tal como o caso já citado de Handelmann. Faleceu a 21 de março de 1834, em Keswick.

Quem, no Brasil, melhor e mais profundamente estudou-lhe a obra foi Maria Odila da Silva Dias no livro **O Fardo do Homem Branco**, publicado em 1974, como volume 344 da preciosa coleção “Brasíliana”, da Companhia Editora Nacional. Originariamente uma tese de doutorado na Universidade de São Paulo, o objetivo da autora foi analisar a obra de Southey, integrando-a na época e no meio em que foi escrita. Foi sua intenção estudar o modo pelo qual os valores do conservadorismo inglês e do humanismo autoritário, que caracterizam a política colonial da Inglaterra na primeira metade do século XIX, possibilitaram essa primeira sistematização das fontes sobre a história colonial brasileira e uma primeira interpretação peculiar das perspectivas que oferecia o Brasil para transformar-se em nação independente.

De seu livro, disse Francisco de Assis Barbosa que se trata de obra “de envergadura fora do comum, quer pelo seu conteúdo, quer pela crítica, destinada a figurar entre as obras do gênero como um ponto alto. Um livro, em suma, definitivo, não só sobre o historiador e sua técnica, como também sobre a época em que viveu e atuou.

Nada melhor que recomendar aos interessados a leitura do valioso livro de Maria Odila da Silva Dias, especialmente aos dois últimos capítulos (XI e XII), nos quais a autora condensa de maneira feliz o modo de Southey “sentir” nossa história nos seus mais variados aspectos, ou, melhor, nos aspectos que lhe pareceram necessários para poder entender nosso passado.

Parece-nos necessário acentuar que a obra de Southey não se limita ao Brasil, segundo informação do próprio autor, no prefácio: “Compreende esta obra alguma coisa mais do que o seu título promete. Relata a fundação e progresso das províncias espanholas adjacentes, cujos negócios veremos nos últimos tempos inseparavelmente entrelaçados com os do Brasil. Pode pois considerar-se o assunto como abrangendo todo o território entre o Prata e o Amazonas, e estenden-

do-se para o ocidente até onde os portugueses levaram a sua colonização ou conquista.

A edição original da **History of Brazil**, consta de três volumes, publicados entre 1810 a 1819, em Londres, por Longman, Hurst, Rees and Orne. Na primeira edição brasileira, Garnier, Rio de Janeiro, 1862, a obra foi desdobrada em seis volumes, em tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro e com numerosas anotações do Cônego J. C. Fernandes Pinheiro, anotações estas, para muitos críticos, consideradas desnecessárias. Uma segunda edição brasileira, seguindo o mesmo plano da primeira, foi publicada entre 1949 e 1954, pela Editora Progresso, da capital baiana. E em 1965, publicou-se em São Paulo, pela Editora Obelisco, uma terceira edição, que acrescentou às notas das edições anteriores mais as de Leonardo Arroyo e de Brasil Bandecchi, com introdução deste último.

SELETA

COLONIZAÇÃO E RELIGIÃO NO NORTE DO BRASIL

Robert SOUTHEY

(...) Menos ativos não haviam sido entretanto os portugueses em alargar-se, partindo do Pará em diferentes direções pelos rios acima. Se na verdade considerarmos quão estreita nesga de terra constitui o reino de Portugal... sobre tão pequeno tão mal povoado... e como ele, em parte por fanatismo, em parte por desconfiança, e em parte também por esse orgulho que no caráter nacional lhe predomina, nenhum auxílio para as suas colônias queria tirar do excesso de população e atividade doutros países, acharemos terem feito os brasileiros talvez maiores e mais rápidos progressos, em proporção dos seus meios, do que colonos alguns doutra qualquer nação. Com tanta ignorância e falsidade têm os portugueses, e especialmente os portugueses americanos, sido acusados de frouxidão e indolência! Tinham-se estabelecido tão longe pelo Amazonas acima, que suscitaram com a Espanha muitas questões sobre limites e alguns remotos receios a respeito da segurança do Peru. Tinham penetrado pelo rio Negro, e daqui por uma cadeia de rios e lagoas, até averiguarem o fato extraordinário duma comunicação entre o Amazonas e o Orenoco, alcançando com as suas canoas as missões espanholas.

Não havia por esse tempo uma só tribo hostil sobre as margens do Amazonas, por todo o seu curso, tendo-se todas ou sujeitadas aos missionários ou retiradas para o sertão, fugindo aos seus incansáveis perseguidores. Os que, cansados da vida monótona das aldeias ou dos

trabalhos que deles se exigia ali, voltavam aos antigos hábitos, não se sentiam seguros, enquanto se não viam bem longe pelo país dentro. Muitos não paravam senão no território francês da Guiana, onde por todos os meios os induziam a domiciliar-se, redondando em abono dos missionários portugueses terem os jesuítas franceses achado estes índios bem instruídos nos princípios da fé.

A direção da transmigração seguida pelos indígenas fugindo dos portugueses parece, em geral, ter sido do Sul para o Norte. As tribos tupis de Pernambuco descaíam sobre o Maranhão. Da raça de mulheres guerreiras, a favor de cuja existência são os testemunhos por demais numerosos e coerentes, para a podermos negar de leve, ouvira-se falar primeiramente no coração do continente, e depois como atravessando o Amazonas na direção da Guiana. E na parte superior deste rio foi La Condamine encontrar os índios de orelhas cortadas que tinham desaparecido do Paraguai.

Da sua prosperidade dava evidentes sinais a cidade de Belém, ou do Pará, como vulgarmente a chamam. Quando vindo de Quito ali chegou La Condamine, pareceu-lhe, diz ele, como se o tivessem transportado para a Europa, vendo-se numa cidade grande, com ruas regulares, casas alegres construídas de pedra, tanto cantaria como alvenaria e magníficas igrejas. No correr dos trinta anos anteriores fora ela quase inteiramente reedificada, substituídas as antigas habitações por maiores, mais cômodos e mais sólidos edifícios. Descortinado o país e convertido em pastos o que fora matagal fechado, melhorara tanto o clima achado perniciosíssimo pelos primeiros colonos, que mais do que qualquer das capitais do Sul se tornara salubre esta cidade. Faziam as bexigas contudo grandes estragos, sendo a moléstia mais fatal aos índios recentemente reduzidos, que andavam nus, do que aos nascidos entre os portugueses, ou desde muito domesticados e, portanto, afeitos ao uso da roupa.

A razão disto entendeu La Condamine que seria não poder a doença sair tão facilmente pela endurecida pele daqueles, devendo de mais a mais o costume das unturas com substâncias oleosas obstruir os poros e aumentar a dificuldade, suposição corroborada pelo fato de suportarem melhor a enfermidade os negros, que não tinham tal costume. Pelos anos de 1750 encontrou um missionário carmelita alguma coisa

sobre inoculação numa gazeta que lhe veio às mãos na sua missão perto do Pará. Metade dos seus levara-lhos esta terrível enfermidade: vacinou o resto, não perdeu mais nenhum. Com igual resultado lhe seguiram o exemplo todos os seus irmãos no rio Negro. Estátuas mereciam tais homens... e nem os nomes lhes conservou La Condamine.

Muito mais do que as espanholas sobre o mesmo rio floresciam as aldeias portuguesas do Amazonas. À sua comunicação com o Pará o deviam estas, sendo todas as relações com os seus mais ativos vizinhos vedadas aos espanhóis, aos quais era pois único mercado Quito, lugar mui mal suprido de gêneros europeus, sobre ficar separado dos estabelecimentos ribeirinhos por longos e montanhosos caminhos. Enquanto, pois, nas aldeias espanholas não passavam de miseráveis palhoças tanto igrejas como habitações, construídas de varas e vimes, vivendo todo o povo destituído não direi só de todas as comodidades mas até das decentes conveniências da vida, viam-se nas portuguesas as igrejas e casas dos missionários bem construídas de pedra, vestindo as mulheres camisas da Bretanha.

Em comunhão como guaranis não viviam os índios: tinham sua propriedade particular, e visto possuírem também caixas com chave e fechadura forçoso é concluir que teriam eles com alguns dos vícios contraído algumas das necessidades duma sociedade adiantada. Navalhas, agulhas, tesouras se encontravam nestas missões mais de duas mil milhas pelo rio acima, e pentes e espelhos, tudo coisas conjuntamente sintomas e instrumentos da civilização. O artigo principal que em troca davam estes índios era o cacau. Nas aldeias espanholas se continuou a fazer uso da canoa dum só tronco ocado. Os portugueses converteram este pau em quilha, fizeram-lhe cavernas que ligaram com tabuado, e armando-lhe à popa uma camarinha, construíram o leme de modo que jogasse livremente. Sessenta pés de comprimento mediam algumas destas embarcações, sete de largura e três e meio de fundo. Havia-as que requeriam quarenta remadores. A maior parte tinha dois mastros, que, predominando o vento leste de outubro a maio, eram de grande préstimo para subir o rio.

Acima do rio Negro todas as aldeias ficavam à margem direita, que, mais alta do que a outra, não era sujeita a inundações. Eram dirigidas pelos carmelitas, bem como as formadas sobre o mesmo rio

Negro, abaixo de cuja embocadura principiavam as missões dos jesuítas. Receberam estes religiosos ordem do governador Luís de Vasconcelos Lobo para fundar duas aldeias acima daquele ponto, uma à margem direita do Amazonas, entre a boca oriental do Javari e a aldeia carmelita de São Pedro, e à foz ocidental do grande rio Japurá, a outra. Deram-se por ofendidos os carmelitas, especialmente a respeito do aldeamento à margem direita, que consideravam dentro da sua demarcação, e apresentaram um memorial dizendo acharem-se perto daquela localidade pelo que mais facilmente que os jesuítas poderiam executar as ordens do governador. Não foi a representação atendida. Entre os selvagens reunidos pelos jesuítas na nova aldeia, muitos havia desertados das missões carmelitas, circunstância que vinha agravar a má vontade naturalmente suscitada pela preferência dada a uma ordem rival. Reclamaram os carmelitas estes fugitivos como ovelhas desgarradas do seu curral e rebanho, mas responderam os jesuítas que sendo livres os índios pelas leis de Portugal, tinham inteiro direito de escolher o lugar da sua residência. Longe estava este raciocínio de poder satisfazer a parte ofendida, que, em desforra, mandou uma coluna de seus índios comandados por dois homens brancos a assolar de noite as plantações do novo estabelecimento. Não podia entrar em dúvida ter esta maldade partido dos carmelitas, um de cujos membros, Fr. João de São Jerônimo, é acusado de ter dado a ordem para o atentado. Em revindicta queriam os índios dos jesuítas pôr fogo a São Pedro e exterminar os seus inimigos, mas tiveram os padres bastante autoridade para contê-los, não resultando, portanto, conseqüências mais funestas.

Notório todavia fora o escândalo, que ao povo do Pará deu ocasião de chamar a este negócio a guerra dos carmelitas e jesuítas. Com o alvará de Pedro II, que admitia outros religiosos a tomar parte com ela na administração dos índios, diminuía muito a sanha popular contra esta última ordem, a mais ativa dentre todas e, nos últimos tempos, decididamente a mais meritória. Depois deste alvará não se excitaram mais tumultos contra os jesuítas nem no Pará nem no Maranhão, mas continuavam sempre as queixas contra o zelo que mostravam pela liberdade dos índios, alegando-se consultarem eles nisto com grande dano do Estado mais o próprio interesse do que o proveito dos portugueses. Ainda desejavam, pois, os fazendeiros expulsá-los

completamente, transferindo as aldeias destes padres para as ordens mais condescendentes, com cujo procedimento estavam satisfeitos.

Uma só armada não dava à vela para Lisboa sem levar queixas dos dois senados e dos moradores, clamando todos que se arruinava o Estado por falta de escravos, e que o efeito da mais que escrupulosa religião dos jesuítas era deixar o povo sem pão. Chegou o senado do Maranhão até a mandar um procurador que repetisse as antigas acusações. De modo nenhum estava D. João V disposto a dar crédito a estas tantas vezes confundidas calúnias, contudo recebeu o desembargador Francisco Duarte dos Santos alçada para tomar conhecimento da matéria. Declarou este juiz falsíssimas as acusações, sendo só a instâncias dos jesuítas que os caluniadores escaparam ao castigo que El-rei lhes mandava dar. Nenhum receio de calúnias ou ódios parece na verdade ter jamais podido no Maranhão desviar os jesuítas do leal cumprimento dos seus deveres. Incansáveis representavam à Corte ser a total abolição da escravidão dos índios o único remédio aos males do Estado, dizendo que por causa da tirania dos portugueses emigravam os naturais aos bandos para o território espanhol; emigravam também para as possessões da França, mas abolida a escravidão, todas estas tribos ficariam dentro dos limites portugueses, tornando-se filhos d'El-rei, termo com que sempre costumavam os índios exprimir a sua sujeição.

Diferiu o sistema dos jesuítas no Maranhão e Pará essencialmente do de seus irmãos do Paraguai e do coração do continente. No Paraguai tinham-se eles tornado senhores da terra, podendo dentro do distrito defeso legislar segundo as suas próprias idéias de política cristã, e nas missões dos Chiquitos e Moxos, apesar de não terem adotado o princípio da comunhão, viviam igualmente independentes. No Maranhão, porém, o princípio pelo qual os compeliam a modelar as suas instituições, era o de tornar os índios prestadios aos portugueses. Em São Luís e Belém abriam-se registros dos índios existentes nas aldeias, com declaração dos nomes de todos quantos eram capazes de prestar serviços, da idade de 13 a 50 anos. Todos os dois anos se renovavam estes registros, que deviam ser atestados sob juramento pelos respectivos missionários, distribuindo o governador conforme estas listas pelo prazo de seis meses os pobres índios, que com impudente hipocrisia se chamavam livres, e expedindo ordem por escrito ao

missionário para entregar tantos índios ao lavrador nela nomeado. Durante o outro meio ano podiam os índios servir querendo, havendo efetivamente muitos que preferiam este serviço à vida que levavam nas aldeias, onde, com menos trabalho tinham mais sujeição.

Na estação própria saía o maioral da aldeia com outros índios a determinar a parte da respectiva sesmaria que devia ser cultivada para o ano seguinte, sendo mais fácil descortinar novo terreno do que fertilizar aquele de que já se tirara uma colheita. Era a área então repartida entre os índios, a cada um conforme os membros de sua família; lutavam, porém, os missionários com grandes dificuldades para induzí-los a cultivar seus prazos, vendo-se por vezes obrigados a empregar meios compulsórios. Ao apanhar-se a colheita, era cada chefe de família obrigado a reservar ampla provisão para a sua casa; aliás com a falta de previdência que caracteriza os selvagens, venderia ele tudo, e então teria o missionário ou de sustentá-lo ou de deixá-lo ir à cata de subsistência pelas florestas, donde provavelmente nunca mais voltaria.

(...) Concediam os reis de Espanha nas suas colônias um estipêndio anual aos jesuítas. Não faziam o mesmo os reis de Portugal, e eram os colégios do Maranhão em demasia pobres para poderem com as despesas das missões. Podia, pois, nas aldeias cada jesuíta pelo mesmo prazo e igual salário que qualquer fazendeiro empregar vinte e cinco índios em apanhar cacau, salsaparilha, especiarias indígenas e outros produtos silvestres. Para este serviço havia uma canoa em cada uma das aldeias da Companhia, 28 ao todo. O arrais, que sempre era branco, recebia um quinto da colheita para si, aplicando-se os outros quatro quintos às despesas da missão nas expedições para redução de índios, medicamentos que saíam consideravelmente caros e alfaias de igreja, pois que eram os templos ostentadamente ornados. Dinheiro ainda o não havia no Maranhão, tendo os jesuítas de remeter para Portugal gêneros em troca do que de lá careciam, e sobre este fundamento assentou a calúnia de estarem eles monopolizando comércio daquela capitania e da do Pará.

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

338. RECORDANDO AFONSO DE TAUNAY

Dentre os historiadores não ituanos, mas que tenham alguma ligação com Itu, não se pode deixar de considerar o mestre Afonso de Taunay, não só por ter sido o organizador do Museu Republicano, como pelo interesse que sempre demonstrou pela história da cidade. Aliás, sobre o assunto já escreveu suficiente e pertinentemente, há mais de vinte anos, e nesta mesma folha, o historiador ituano Roberto Machado Carvalho, meu nobre confrade da Academia Paulista de História e atual presidente do Instituto Histórico e geográfico de São Paulo.

Nada teria a acrescentar ao que ali se escreveu e nem julgaria necessário, por redundante, insistir no assunto, a não ser para lembrar o quanto o grande historiador afeiçoou-se à cidade e ao seu museu. E vem esta recordação a propósito do seu falecimento, ocorrido no dia de hoje, há 41 anos.

As atividades museológicas de Taunay não se limitaram ao Ipiranga. De fato, um lustro apenas após a sua investidura na direção do Museu Paulista, teve ele a seu cargo a organização de um museu em Itu, criado por Washington Luís quando presidente do Estado, com a finalidade de recordar a histórica convenção republicana de 1873. Para a sua instalação, adquiriu o governo o edifício da rua Barão de Itaim,

local da reunião dos convencionais, e nele, na data cinquentenária da Convenção inaugurou-se o nosso Museu, como dependência do Museu Paulista, o que levava o seu diretor a freqüentar com assiduidade nossa cidade. Tornou-se assim o museu ituano uma espécie de complemento republicano do Museu do Ipiranga, pois este dedicava-se, na parte histórica, particularmente ao período colonial e aos fastos da Independência e do Império.

O ato de criação do Museu de Itu visava, em princípio, a guarda de documentos e objetos relacionados com a propaganda e o período republicano. Taunay, porém, não se contentou em ficar apenas nisso. Cuidou de ampliar a específica medida, fazendo da casa de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado uma amostra que pudesse dar ao visitante uma idéia, a mais aproximada possível, de uma residência da segunda metade do século XIX, ainda que para tal precisasse empreender grandes reformas no edifício.

E nessa dupla finalidade de evocar a Convenção de 1873 e retratar uma residência senhorial da época, vem desempenhando o Museu de Itu (até hoje uma dependência do Museu Paulista) importante papel cultural, tornando-se assim, ao lado de suas igrejas, um dos atrativos da histórica cidade. Justificou, inclusive, que Taunay, a exemplo do que fez com o Ipiranga, elaborasse um “Guia”, publicado em 1946, bastante minucioso na especificação de tudo quanto representa o velho solar e o que nele se encontra lembrando a Convenção. Um “Guia”, que, tal como outro, relativo ao Ipiranga, está a exigir reedição revista, sobretudo em face das muitas reformas que os dois museus sofreram em administrações posteriores.

E é com alegria que podemos constatar que o atual diretor, o eminente Professor José Sebastião Witter, meu confrade igualmente em duas Academias (e também “cidadão ituano”) está fazendo refletir em Itu a série de reformas que, em boa hora, empreendeu no monumental palácioda colina histórica do Ipiranga.

Ao publicar sua extensa obra sobre as bandeiras paulistas, onze volumes, entre 1924 e 1950, Taunay, curiosamente, datou cada volume de uma cidade diferente (naturalmente cidade onde ele estivesse pesquisando) e datou de Itu o volume oitavo, inscrevendo o nome da

cidade e a respectiva data no prefácio, garantindo-lhe, assim, uma perene vinculação com a bibliografia bandeirante. (20-3-1999).

*

339. AHIMTB

Numa época de siglas, creio que não farei nenhum mal usando mais uma. Uma, que ainda não caiu no domínio público, mas que certamente cairá com o tempo, pois refere-se a uma das mais sérias realizações culturais dos últimos tempos e já com projeção nacional. Refere-se a sigla à **Academia de História Militar Terrestre do Brasil**, ainda bem recente, pois fundada oficialmente a 1º de março de 1996. Data simbólica, pois assinala o término da Guerra do Paraguai, no ano de 1870.

Seu idealizador, Coronel Cláudio Moreira Bento, meu preclaro confrade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de alguns Insitutos estaduais, aos quais também me honro de pertencer, como os de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Ceará. Natural do Rio Grande do Sul, realizou brilhante carreira militar, tornando-se renomado como historiador, apresentando em seu currículo valioso acervo de publicações, das quais destaco - sem menosprezo para com as demais - o belo volume **Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul** (Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1976), do qual muito me utilizei para o trabalho que venho realizando sobre estrangeiros que escreveram sobre o Brasil.

Ao idealizar a AHIMTB, entendeu seu idealizador e fundador de localizá-la em Resende, tendo como razão principal a vizinhança da Academia das Agulhas Negras. Nas palavras do Coronel Bento, a Academia “desenvolve ações para catalizar esforços até agora esparsos de historiadores, pesquisadores, instrutores, biógrafos de militares, colecionadores, bibliógrafos, e outros interessados no desenvolvimento combinado da História Militar do Brasil que atravessa por preocupante fase”.

Tornou-se simpática a Academia por abrir suas portas também a alguns civis, desde naturalmente (suponho) que tenham algum trabalho

na área da história militar. Seu quadro constitui, como é de praxe acadêmica, de quarenta cadeiras, cada qual sob a égide de um patrono, categoria em que também foram admitidos três civis, porém todos nomes respeitáveis da historiografia brasileira: o Barão do Rio Branco, Pedro Calmon e Vilhena de Moraes.

Ainda é o Coronel Bento quem nos informa que a Academia “desenvolve seus esforços catalizadores e arregimentadores de possíveis interessados em seus objetivos, através do jornal “O Guararapes”. Tenho o privilégio de recebê-lo regularmente, podendo, pois avaliar a qualidade da matéria nele divulgada, com ênfase especial, fazendo jús ao seu título, às guerras contra os holandeses no século XVII.

Há poucos dias, tive também o privilégio de receber belo volume de quase 250 páginas, em grande formato, contendo os discursos proferidos nas cerimônias de posse de vinte Cadeiras da Academia. Trabalho valioso, por apresentar-nos através desses discursos expressivas biografias dos respectivos patronos, muitos quais já conhecidos, de nome é claro, mas sem que deles tivéssemos dados mais concretos acerca de suas biografias. E possivelmente com dados difíceis de serem encontrados, ficando quase que circunscritos a esta publicação. Daí, o seu interesse.

Como disse de início, dado o trabalho constante e honesto que a Academia vem desenvolvendo, vinculando-se, pelos seus associados a quase todo o país, não há de demorar muito para que sua sigla caia em domínio público, com pleno reconhecimento pelo que a entidade já tem feito e ainda poderá fazer para o melhor conhecimento de nossa história militar. 10-4-1999.

*

340. O POLÍGRAFO DE JUIZ DE FORA

Fico imaginando como a cidade de Juiz de Fora há de ter pranteado o falecimento, em fins do ano passado, de Wilson de Lima Bastos, um dos seus mais ilustres filhos, não só pela sua ancestralidade como pela sua intensa participação na vida da grande cidade mineira das

margens do Paraibuna. Sempre viveu em Juiz de Fora, embora com freqüentes viagens pelo Brasil e pelo exterior, e em torno de sua cidade realizou a maior parte da imensa obra que nos legou, não só no campo da História (sua maior preferência), mas também nos da sociologia, da economia, do folclore, da genealogia e até no da ficção, pois quase todos os seus contos e romances têm como ambientação as fazendas circunvizinhas.

Para mim, é comovente evocá-lo. Tivemos um relacionamento de mais de meio século, extensivo a toda a família (uma de suas irmãs foi minha colega de classe nos tempos de ginásio) constituída de numerosas figuras, das mais conceituadas da cidade. E todas com preocupações culturais, e algumas até com acentuada vocação artística, a começar por ele próprio, que, por muitos anos integrou, como violoncelista, a Orquestra Sinfônica de Juiz de Fora. Em Juiz de Fora, naqueles bons tempos, podia-se realizar um variadíssimo sarau artístico (declamação, canto, dança, música, teatro...) só com elementos de sua família! E isso, naturalmente, sem prejuízo de suas atividades profissionais, como jornalista, advogado, professor da Universidade Federal da cidade, e membro atuante de diversas entidades, como o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Juizforana de Letras, o Instituto Santo Tomás de Aquino, e ainda outras.

Companheiro freqüente nas visitas anuais que costumo fazer a Juiz de Fora (para uma reunião de antigos alunos do colégio em que estudei), já da última vez, no início de setembro do ano passado, não tive o privilégio e o prazer de encontrá-lo, pois, coincidentemente, encontrava-se ele em Campos do Jordão, participando de uma reunião do Instituto de Estudos Valeparaibanos, outra entidade à qual ele foi sempre muito dedicado, comparecendo assiduamente às suas reuniões periódicas, realizadas sempre em cidades diferentes do extenso Vale do Paraíba. E sempre apresentando trabalhos de pesquisa, na área dos estudos regionais. Sua ausência, bastante sentida da última vez, não esperava viesse a tornar-se definitiva, pois, infelizmente, pouco mais de um mês depois, recebia a triste notícia de seu falecimento. Difícil, para mim, agora, imaginar Juiz de Fora sem o bom amigo. Que Deus o tenha em sua glória.

Sobreviverá ele, certamente, nos livros que escreveu. Entre volumes, separatas e opúsculos, bem mais de cem títulos, abrangendo

história, política, sociologia, filosofia, folclore, genealogia, memórias e romances. Era rara minha ida a Juiz de Fora sem que ele não me oferecesse algum livro novo. Tratou das biografias de algumas figuras marcantes da cidade: Halfeld, Mariano Procópio, Bastista de Oliveira; de instituições da cidade: Academia de Comércio, Associação Comercial, Centro Industrial; cuidou da influência estrangeira na cidade, das vias de comunicações que servem à região, e, na ficção, deu especial ênfase aos romances do “ciclo do café”. Deixou incompletas as suas memórias, parando na década de 30; espero que tenha deixado alguns inéditos, abrangendo as épocas de suas maiores realizações. Comprazia-se em descrever as viagens realizadas, de maneira tão viva que dava ao leitor a sensação de estar viajando com ele.

Pertenceu à Academia Mineira de Letras, à Academia Juizforana, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, como correspondente, a numerosas outras entidades culturais da país. Enfim, uma vida e uma obra que merecem ser conhecidas fora do ambiente regional em que sempre atuou. 24-4-1999.

*

341. JOSÉ DA VEIGA OLIVEIRA

A quem quer que tenha tido algum contato com a vida musical de São Paulo nos últimos quarenta anos (no setor da música clássica ou erudita) não há de ser estranho o nome que encima esta nota, musicólogo e crítico musical abalizado e renomado há pouco falecido, e que nessas atividades enriqueceu as páginas de diversos jornais paulistanos.

É-me grato evocá-lo nesta página de saudade, pois tivemos uma relacionamento de quase meio século, durante a qual cresceu minha admiração pela sua pessoa, em todos os sentidos: a cultura, a honestidade com que sempre soube pautar suas ações, o senso de responsabilidade e a dedicação às causas e ações que empreendeu e realizou. Admirava-o, igualmente, pela diversidade de seus interesses culturais, passando da música ao direito, à filosofia, à literatura, á história. Esta, parecer ter

coroado sua trajetória, pois após o ingresso em várias entidades culturais de outras áreas, ingressou na Academia Paulista de História, na qual tive o privilégio de recebê-lo em sessão de 28 de março de 1990.

Consultor jurídico por muitos anos da Prefeitura Municipal de São Paulo, integrante dos quadros do Instituto Brasileiro de Filosofia, ao lado de mestre Miguel Reale e de alguns saudosos amigos comuns, como Vicente Ferreira da Silva e Luís Washington Vita, enfim toda aquela plêiade que muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos filosóficos em São Paulo. Porém de todos os setores perustrados por Veiga Oliveira, o que mais e realmente nos aproximou foi a música. Nela - e através dela - tivemos sempre um requíssimo motivo de afinidade e, conseqüentemente, de aproximação. Habituaamo-nos, por muitos anos, a ouvir música juntos ou em sala de concertos ou audições de música gravada. Sempre muito bem informado, era Veiga a pessoa mais credenciada em São Paulo para orientar a formação de qualquer discoteca.

De comentarista de discos em diversos periódicos de São Paulo, passou a crítico musical criterioso e reconhecido. Mas não ficou aí a atividade musicológica de Veiga Oliveira: passou a escrever sobre música no antigo Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo”, bem como na saudosa revista “Anhembí”. O que deixou esparso nessas publicações merecia ser guardado, tais os ensinamentos que encerram. Citaria apenas dois exemplos: a série de artigos sobre Gustav Mahler e Benjamin Britten honraria a literatura musicológica de qualquer país.

Tão importante quanto seus magistrais artigos - e sob certos aspectos mais duradouros pelo sentido de permanência que o jornal infelizmente não dá - foram os comentários que exarou nas contra-capas de discos. Nem sei a quanto alcançam os discos editados no Brasil com contra-capa de José da Veiga Oliveira. Na impossibilidade de a todos citar (e valeria a pena fazer-se esse levantamento) lembrarei a sua colaboração com a Academia Santa Cecília de Música, do Rio de Janeiro, entidade que até o encerramento de suas atividades editoriais, contou sempre com a sua colaboração, especialmente na série bem numerosa das cantatas de Bach, cujos textos foram muitas vezes por ele próprio traduzidos. Muitos dos discos lançados no Brasil pela benemérita

entidade da rua das Laranjeiras constituíam novidades absolutas e muitas foram editadas por sua sugestão.

Aqui fica, pois, esta ligeira evocação à memória do saudoso amigo e companheiro. 29-5-1999.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

